

Câmbio (R\$)

Dólar / BC	Compra	Venda
Paralelo	1,65	1,75
Comercial	1,586	1,588
Turismo	1,54	1,67
Euro / BC	2,292	2,295

Ouro (R\$)

Gramas	92,000
Varição	+ 0,11%

Blue Chips

	%
BMF Bovespa ON	+ 0,55
Bradesco PN	+ 0,92
Gerdau PN	+ 0,15
Itaú Unibanco PN	+ 1,99
Petrobras PN	+ 0,29
Sid Nacional PN	+ 1,31
Vale PNA	+ 0,68

Economia

A Bovespa registrou ontem seu terceiro pregão consecutivo em alta. O índice fechou com variação positiva de 0,96%, aos 55.385,03 pontos, melhor nível desde 3 de agosto. Nestes três dias operando no azul, o Ibovespa subiu 4,59%. | PÁGINA 6 |

País

A Câmara dos Deputados absolveu ontem a deputada Jaqueline Roriz (PMN-DF) no processo de cassação do seu mandato. Foram 265 votos favoráveis, 166 pela cassação e 20 abstenções - eram necessários 257 votos para tirar o mandato de Jaqueline. | PÁGINA 8 |

Pedro Marcos Barbosa

Questão de Justiça

Se não é possível conceber qualquer vantagem pessoal no comportamento de tantas pessoas, como então justificar aquele "sorriso de canto de boca" habitue das faces dos "poderosos de crachá"? | PÁGINA 9 |



Dilma vê chance de redução dos juros

Presidente garante que manterá todos os investimentos e os programas sociais

Em entrevista a rádios locais ao chegar ontem a Caruaru, no agreste pernambucano, a presidente Dilma Rousseff disse que "começa a ver" a possibilidade de redução dos juros no Brasil. Questionada sobre o aumento da meta de superávit fiscal do governo central em R\$ 10 bilhões, Dilma afirmou que manterá todos os investimentos, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Minha Casa, Minha Vida, as obras para a Copa do Mundo e os programas sociais.

"Esses R\$ 10 bilhões decorrem do esforço que nós fizemos tanto no que se refere ao gasto de custeio como ao gasto de receita", explicou Dilma. "Nós preferimos utilizá-lo para abrir um

novo caminho, além do caminho de aumentar o investimento. A partir deste momento, nós começamos a ver a possibilidade de redução dos juros no Brasil. Hoje, o Brasil pratica as mais altas taxas", acrescentou.

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central anuncia hoje a nova taxa básica de juros da economia. Mesmo com o aumento da meta de superávit primário, a expectativa da maioria dos economistas é que a Selic seja mantida em 12,5% ao ano. Esta é a avaliação, por exemplo, do vice-presidente da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), Miguel Oliveira. | PÁGINA 2 |



Dilma: "Hoje, o Brasil pratica as mais altas taxas (de juros)"

Fim da deflação no índice que reajusta preços de aluguéis

O Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) de agosto subiu 0,44%, ante deflação de 0,12% em julho. A taxa ficou dentro das estimativas dos analistas (entre 0,32% e 0,47%), sendo, no entanto, superior à mediana de 0,41%.

Muito utilizado no reajuste de aluguéis, o IGP-M em 12 meses até agosto ficou em 8%. Apesar do fim da deflação, o economista do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre-FGV), André Braz, disse ser improvável que índice em setembro supere o resultado de igual mês de 2010, quando subiu 1,15%. | PÁGINA 6 |



Pimentel antecipou que os fabricantes de móveis de aço, por opção do setor, não serão incluídos

Drogarias Pacheco e São Paulo vão fundir operações

As drogarias Pacheco e São Paulo anunciaram ontem a fusão das operações. A nova empresa que nasce da união, a Drogarias DPSP, será a maior varejista de produtos farmacêuticos e a sétima maior rede de varejo do Brasil, com receita bruta combinada de R\$ 4,4 bilhões nos últimos 12 meses encerrados em junho de 2011 e 691 lojas no País.

No começo de agosto, as redes de farmácias Droga Raia e Drogasil anunciaram fusão de suas operações, com a criação de uma nova empresa - a Raia Drogasil S/A. | PÁGINA 2 |

Nova política industrial será mantida, diz Pimentel

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, disse ontem que, apesar da pressão dos setores de calçados, confecções e móveis, o governo não irá alterar a alíquota de 1,5% da contribuição sobre faturamento bruto que será cobrada a partir de 1º de dezembro. O novo tributo irá compensar a retirada da contribuição previdenciária das empresas sobre a folha de pagamento.

Pimentel afirmou que já entrou em acordo com os fabricantes de calçados e confecções e está concluindo as negociações com o

setor moveleiro. Ele antecipou que os fabricantes de móveis de aço, por opção do setor, não serão incluídos.

"A imprensa tem noticiado uma certa reação à alíquota, mas não é bem isto. Estes setores estão exercendo o sacrossanto direito de querer mais. Mas os setores de confecção e calçados já estão acordados com o governo", afirmou Fernando Pimentel em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado para debater as medidas da política industrial divulgadas no início deste mês. | PÁGINA 3 |

POLÍTICA FISCAL

Dilma: 'Começamos a ver a chance de queda dos juros'

Presidente diz que manterá investimentos, apesar do aumento do superávit

Angela Lacerda
Da Agência Estado

A presidente Dilma Rousseff afirmou ontem, durante viagem ao Nordeste, que "começa a ver" a possibilidade de redução dos juros no Brasil. Questionada por jornalistas sobre o aumento, anunciado na segunda-feira, da meta de superávit fiscal do governo central em R\$ 10 bilhões - dinheiro economizado para pagar os juros da dívida pública -, Dilma afirmou que manterá todos os investimentos, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Minha Casa, Minha Vida, as obras para a Copa do Mundo e os programas sociais.

"Esses R\$ 10 bilhões decorrem do esforço que nós fizemos tanto no que se refere ao gasto de custeio como ao gasto de receita", explicou Dilma. "Nós preferimos utilizá-lo para abrir um novo caminho, além do caminho de aumentar o investimento. A partir deste momento, nós começamos a ver a possibilidade de redução dos juros no Brasil. Hoje, o Brasil pratica as mais altas taxas", acrescentou a presidente, em entrevista a rádios locais ao chegar a Caruaru, no agreste pernambucano.

Segundo Dilma, um caminho para a queda dos juros e dos impostos está se abrindo. "Já começamos o programa como o Super Simples. Com ele, nós reduzimos os impostos e aumentamos o limite das rendas. Isso vai permitir que as pessoas, ao invés de declararem pelo imposto presumido, declarem pelo Super Simples, que reúne todos

Força protesta em frente à sede do BC

Fernando Nakagawa
Da Agência Estado

Para os tubarões do Banco Central (BC), muitas sardinhas. Foi assim que a Força Sindical protestou na tarde de ontem contra os juros praticados no Brasil. Com 100 quilos do peixe que já abundou na ilha italiana da Sardenha, os sindicalistas organizaram um churrasco em frente à sede da instituição que decide hoje o rumo do juro básico da economia, a Selic, que é referência para empréstimos e financiamentos no Brasil.

"A sardinha é uma comida de pobre e também comida de tubarão. Como esses tubarões tecnocratas do Banco Central que se reúnem aqui e decidem o rumo do Brasil", protestou o presidente da Força Sindical e deputado federal, Paulo Pereira da Silva (PDT-SP).

"Além disso, a sardinha assada também tem um cheiro ruim

que vamos tentar levar para lá", dizia Paulinho apontando para as janelas do 20º e 21º andares do prédio escuro, trabalham os diretores e o presidente da instituição, o economista gaúcho Alexandre Tombini. As janelas, porém, estavam fechadas, exatamente como manda o ar condicionado do prédio.

Com um olho na churrascueira e outro nas câmeras, os sindicalistas defenderam que o Brasil precisa de juros mais baixos. "É um absurdo o Brasil ter os juros mais altos do mundo. Precisamos de juro mais baixo para aumentar a produção, ter mais desenvolvimento e mais emprego", disse Paulinho. O PDT do deputado paulista, vale lembrar, faz parte da base de apoio ao governo de Dilma Rousseff.

O sindicalista reconhece que vai ser difícil, mas diz que que-

ria que o Banco Central surpreendesse a todos com um corte do juro de 1 ponto percentual, o que levaria a taxa Selic para 11,5%. Longe da fumaça das sardinhas, porém, no mercado financeiro, prevalece a aposta de que o juro será mantido no atual patamar de 12,5%, interrompendo ciclo de aumento dos juros que teve início em janeiro para esfriar um pouco o ritmo da economia brasileira.

A temperatura, inclusive, deve ter sido um dos motivos para a baixa presença no churrasco. Debaixo de sol forte com 31º graus e 18% de umidade relativa do ar, menos de 50 pessoas protestavam contra os juros. Bom para os manifestantes que, diante dos 100 quilos de peixe, tiveram o direito a degustar pelo menos dois quilos de sardinha assada cada. Claro, sem contar a farofa.

PACHECO/SÃO PAULO

Fusão criará a maior rede de farmácias

Vanessa Stecanello
Da Agência Estado

A Drogaria São Paulo e Drogarias Pacheco anunciarão ontem a criação da Drogarias DPSP (DPSP), uma fusão das operações das duas redes. A nova empresa nasce como a maior empresa varejista de produtos farmacêuticos e sétima maior rede de varejo do Brasil, com receita de R\$ 4,4 bilhões em 2010, em 12 meses encerrados em junho de 2011, 691 lojas e presença em cinco estados brasileiros.

Essa é a segunda grande operação no setor em menos de um mês. No começo de agosto, a Drogaria Raia e a Drogasil anunciaram fusão de suas operações, com a criação de uma nova empresa - a Raia Drogasil S/A.

A gestão da DPSP será compartilhada entre o Grupo Carvahlo e o Grupo Barata, que terão iguais poderes na definição e implementação das estratégias da companhia, conforme comunicado enviado à imprensa. A nova empresa terá como presidente do Conselho de Administração

Samuel Barata e será presidida por Gilberto Martins Ferreira.

Assessores - O Pátria Investimentos e o escritório Machado Meyer atuarão como assessores financeiro e legal, respectivamente, para a Drogaria São Paulo. Já a Pacheco contou com assessoria do Banco Espírito Santo e o escritório Pinheiro Neto.

Até ontem, a Drogaria São Paulo era a segunda maior rede de varejo farmacêutico do Brasil, com 348 unidades em operação nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia. A rede, que faturou R\$ 2,2 bilhões em 2010, atende hoje mais de 6 milhões de clientes por mês.

Já a Pacheco é uma empresa com quase 120 anos de atuação que comercializa medicamentos e produtos de higiene e beleza com participação no Estado do Rio de Janeiro. Possui atualmente 343 lojas, nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. A Drogarias Pacheco atingiu R\$ 1,8 bilhão de faturamento em 2010, com cerca de 7 milhões de clientes atendidos por mês.

SERVIÇO PÚBLICO

Ministros ressaltam melhoria de gestão

Lourenço Canuto
Da Agência Brasil

A ministra do Planejamento, Miriam Belchior, disse ontem, ao participar do 9º Congresso Internacional Brasil Competitivo, que a melhoria das práticas de gestão no serviço público brasileiro permitiu a elevação de cerca de 40 milhões de pessoas à classe média. "Resultado do comprometimento do governo com as práticas sociais, econômicas e políticas", observou.

Também presente ao evento, o ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, citou diversos programas coordenados por sua pasta que levaram a tornar o Brasil mais competitivo. Entre os exemplos, ele citou o recém-lançado Programa Ciência sem Fronteiras e os investimentos realizados pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), além de acordos firmados para atrair lideranças científicas para o Brasil.

Bolsas - Segundo Mercadante, o governo vai oferecer 75 mil bolsas de estudo, 2 mil bolsas de graduação e mais 200, para cursos de dou-

torado e pós-doutorado. "Os melhores alunos brasileiros estão tendo a oportunidade de aprendizado nas melhores universidades do mundo e estamos firmando parcerias com os principais centros de pesquisa do mundo. Isso deverá melhorar o cenário brasileiro na área da tecnologia e da engenharia", disse.

O ministro também mencionou a estruturação, no âmbito do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, de um sistema voltado para as tecnologias aplicadas, com foco na inovação, algo semelhante ao que existe no Ministério da Agricultura, que tem, na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), uma verdadeira rede de pesquisadores voltados ao desenvolvimento de conhecimento para aplicação na produção agrícola.

Mercadante ainda citou a política adotada na área da tecnologia da informação, com os incentivos para a produção de tablets no País, além das medidas para desconexão do setor produtivo, que, segundo ele, são experiências que devem ser levadas a outros ramos da economia.

os impostos e os torna menores."

A presidente também defendeu cidadãos com o mercado interno e os investimentos no País como uma defesa em relação à crise econômica internacional. "A melhor defesa contra a crise é o nosso mercado interno. É ele que permite ao País manter seus empregos e sua economia crescendo. A melhor defesa contra a crise é o crescimento, mas precisamos melhorar as condições, e o Brasil quer a diminuição dos impostos".

Dilma alertou sobre importações indesejadas. "Nosso mercado interno é um dos mais vigorosos. Se torna importante proteger esse mercado e garantir que não usem mecanismos desleais de preços para chegar ao País e destruir toda uma linha de produção", disse a presidente, alertando sobre o problema do consumo em baixa nos países ricos.

"Os países desenvolvidos prejudicam o Brasil, porque não têm onde colocar seus produtos, não

têm consumidor consumindo e não têm emprego suficiente. Quando isso acontece nos Estados Unidos, União Europeia e Japão, somos invadidos por uma quantidade imensa de produtos baratos. Temos que ter consciência que devemos defender nossa indústria", disse, apontando como saída a redução dos impostos e a melhoria do crédito e das taxas de juros.

Mais Dilma Rousseff
na página 8

Para economistas, Selic será mantida

Kelly Oliveira
Da Agência Brasil

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) iniciou na tarde de ontem a sexta reunião do ano para definir a taxa básica de juros, a Selic. Mesmo com o anúncio, pelo governo, do aumento da meta de superávit primário, destinado ao pagamento dos juros da dívida pública, a expectativa dos economistas ouvidos pela Agência Brasil é que o Copom mantenha a Selic no atual patamar de 12,5% ao ano, ao final da reunião que termina hoje.

Na avaliação do vice-presidente da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), Miguel Oliveira, a ampliação do

superávit deve contribuir, no futuro, para que o BC reduza os juros básicos, mas, neste momento, ele espera que a taxa permaneça como está. "Não acredito que, no curto prazo, essa medida (ampliação do superávit primário) vai ser suficiente para levar o Banco Central a reduzir juros".

Para Oliveira, o Copom ainda vai avaliar se a tendência é de agravamento da crise econômica mundial. Além disso, ele alertou para o fato de que os índices de preços ainda mostram pressão inflacionária.

Viés de baixa - O vice-presidente do Conselho Federal de Economia (CFE), Mário Sérgio Fernandez Sallorenzo, defende a manutenção do atual patamar da Selic, mas com viés de baixa, ou seja, a possibilidade de o presiden-

te do BC, Alexandre Tombini, reduzir a taxa a qualquer momento antes da próxima reunião ordinária do Copom, marcada para outubro.

"É difícil que haja aumento, é difícil que haja redução (da Selic). O que se espera é que haja uma definição de viés de baixa, porque o governo federal tem feito esforços para reduzir gastos e isso consome menos a demanda na economia, facilitando assim o controle de preços", disse Sallorenzo. Dessa forma, "o Banco Central poderia, em determinado momento ou a partir de alguns indicadores mais tranquilizadores, baixar essa taxa de juros", concluiu o economista.

Este ano, o Copom elevou a taxa básica de juros em todas

as reuniões. A Selic já acumulou alta de 1,75 ponto percentual em 2011. O comitê eleva a Selic quando considera que a economia está muito aquecida, com trajetória de inflação em alta. Juros básicos elevados estimulam a poupança. Por outro lado, a taxa básica é reduzida quando o objetivo é estimular gastos para aquecer a atividade econômica.

Anteontem, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse que o maior esforço fiscal viabiliza a redução dos juros básicos. "Em curto, médio e longo prazos, essa atitude fortalece a nossa situação fiscal e no sentido de abrir espaço para que haja redução dos juros", disse o ministro ao anunciar a elevação do superávit primário deste ano.

PALESTRA

Reis Velloso elogia ampliação da meta do superávit primário

Pedro Peduzzi
Da Agência Brasil

Ex-ministro do Planejamento entre 1969 e 1979, o economista e fundador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), João Paulo dos Reis Velloso, considerou acertadas as medidas anunciadas anteontem pelo governo federal, visando a aumentar em R\$ 10 bilhões a economia do governo este ano, por meio da ampliação do superávit primário.

"O Estado brasileiro gasta demais com os Três Poderes. Por isso, cobra demais (do contribuinte) e se endivida demais. Portanto, a presidente Dilma Rousseff acertou porque, com elas (as medidas anunciadas ontem), vamos conter gastos. Fazendo isso, estamos poupanando, o que gerará consequências muito significativas para a sociedade, como a diminuição da taxa básica de juros e a valorização do dólar. Isso ajudará a conter as importações e favorecer nossas exportações", disse o ex-

ministro em palestra comemorativa aos 47 anos do Ipea.

Orçamento - A partir desse ponto de vista, Reis Velloso acredita que hoje, quando a previsão orçamentária do governo federal para 2012 será anunciada, o governo apresentará cortes que beneficiem a expansão da poupança e a contenção dos gastos de custeio, "que são correntes e ajuda estão muito elevados".

No entanto, adverte, o governo precisa estimular a inovação.

"Vivemos um momento de grandes oportunidades para o País, mas, para aproveitarmos isso, precisamos criar condições para que a capacidade de inovação seja universalizada. Isso só é possível com a participação de universidades, empresas e, também, da sociedade. Metade do PIB (Produto Interno Bruto) dos países desenvolvidos está diretamente relacionada à inovação e à geração e uso do conhecimento", argumentou.

PESSOA FÍSICA

Termina hoje prazo de opção pelo Refis

Daniel Lima
Da Agência Brasil

As pessoas físicas que optaram pelo Refis da Crise, programa de renegociação especial de dívidas com a União, têm prazo até hoje para realizar a consolidação dos débitos, informou a Receita Federal.

É a segunda vez que a Receita e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional abrem o prazo. O primeiro foi entre os dias 2 e 25 de maio, quando 103 mil optantes

fizeram a consolidação, totalizando R\$ 8,7 bilhões. No prazo que se encerra hoje, estima-se que 137 mil façam a opção, embora o último balanço, realizado ontem, indique que apenas 41,1% tenham negociado os valores. No segundo grupo, a dívida consolidada pode chegar a R\$ 4,7 bilhões.

Para fazer a negociação, o contribuinte deve acessar o site da Receita Federal ou do Procurador-Geral da Fazenda Nacional e indicar os débitos para consolidação.

Publicação da empresa
JGN Editora Ltda.

Departamento Comercial
e Administração
Rua Debrat, 23
Sobrelha 116 e 117
Centro - Rio de Janeiro
CEP 20030-080

Diretora Geral
Elizabeth Campos Roitman
elizabethcampos@jgn.com.br

Gazeta
DE NOTÍCIAS
www.jgn.com.br

Comercial: PABX (21) 3553-5353
comercial@jgn.com.br

Conselho Editorial:
Des. José Geraldo da Fonseca
Des. José Lisboa da Gama Malcher
Mônica de Cavalcanti Gusmão

Redação:
(21) 2233-5823
redacao@jgn.com.br

Projeto Gráfico: dritba design gráfico

Impressão:
Gráfica Monitor Mercanti
Rua Marcelo Dias, 26 - Centro - RJ

Editor-chefe:
Jorge Chaves
jorgechaves@jgn.com.br

Subeditora:
Rafaela Pereira
rafaelapereira@jgn.com.br

Diagramação:
Felipe Ribeiro
feliperibeiro@jgn.com.br

Rodrigo Gurski
rodrigo@jgn.com.br

Artigos e Colunas:
colunistas@jgn.com.br



Preços de Assinatura
TrimestralR\$ 60,00
SemestralR\$ 110,00
AnualR\$ 210,00

assinatura@jgn.com.br
Serviço Noticioso

Agências Brasil e Estado

As matérias e artigos são de responsabilidade dos autores e não representam, necessariamente, a opinião deste jornal

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Nova política industrial não mudará, diz Pimentel

Alíquota de 1,5% da contribuição sobre faturamento vigorará em 1º de outubro

Renata Veríssimo
Da Agência Estado

Apesar da pressão dos setores de calçados, confecções e móveis, o governo não irá alterar a alíquota de 1,5% da contribuição sobre faturamento bruto que será cobrada a partir de 1º de dezembro. O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, informou ontem que o governo já entrou em acordo com os fabricantes de calçados e confecções e está concluindo as negociações com o setor moveleiro.

Pimentel antecipou que os fabricantes de móveis de aço, por opção do setor, não serão incluídos. O novo tributo irá compensar a retirada da contribuição previdenciária das empresas sobre a folha de pagamento das empresas.

"A imprensa tem noticiado uma certa reação à alíquota, mas não é bem isto. Estes setores estão exercendo o sacrossanto direito de querer mais. Mas os setores de confecção e calçados já estão acordados com o governo", afirmou Pimentel em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado para debater as medidas da política industrial divulgadas no início deste mês. No setor moveleiro, a mudança será para os fabricantes de móveis de madeira.

Pimentel disse que o decreto regulamentando a medida será publicado no início de setembro. Além destes três setores, as empresas de software também terão a folha de pagamento de



Antonio Cruz / ABR

Pimentel: setores exercem o direito de querer mais

salários desonerada. No entanto, a alíquota da contribuição sobre o faturamento será de 2,5%.

Fazenda do mundo - O ministro defendeu as ações do governo para permitir melhores condições de competitividade para a indústria local e, também, para a integração dos mercados

regionais. Segundo ele, a América Latina tem 500 milhões de pessoas com dinamismo muito maior do que Estados Unidos e Europa. "Se deixarmos o mercado funcionando, apenas o mercado, daqui a dez anos a América Latina vai virar a fazenda do mundo. O Brasil talvez vai ser a

fazenda e a mina e a Ásia, a fábrica do mundo", disse. "A Europa possivelmente vai ser um museu, um belo museu", emendou.

Pimentel avaliou que o Brasil ainda não aprendeu a enfrentar a mudança de paradigma industrial que ocorreu no planeta. Segundo ele, pela primeira vez na história econômica, existe um único país - a China - capaz de produzir qualquer produto manufaturado com preços mais baixos que a média mundial.

Para o ministro, o Brasil é o País com mais condições de enfrentar a crise internacional e sair dela mais fortalecido. No entanto, destacou que é preciso vencer desafios de curto prazo. "Tem que ter indústria desenvolvida e forte. A indústria brasileira é sólida, mas do paradigma do século XX. Temos que trazê-la para um paradigma do século 21 em meio a uma crise internacional".

Copom - Na véspera do anúncio da decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, Pimentel engrossou ontem a pressão para uma redução da taxa básica de juros (Selic). Segundo ele, o aumento da meta de superávit primário (economia feita para pagar juros da dívida pública) cria as condições para o processo de queda dos juros. "Estamos torcendo para que, nesta semana, o Copom balize os juros de maneira adequada. O esforço fiscal visa criar condições para, se não agora, em um futuro muito próximo ter redução dos juros", disse.

ETANOL/GASOLINA

Unica previa redução só em novembro

Eduardo Magossi
Da Agência Estado

A redução da mistura de anidrido na gasolina era esperada apenas para 1º de novembro, início da entressafra, informou o presidente da União da Indústria de Cana-de-açúcar (Unica), Marcos Jank, em nota. Segundo ele, a antecipação da medida para outubro pelo governo não vai alterar a oferta de etanol no mercado doméstico na atual safra que já estava programada pelo setor. Antontem, o ministro das Minas e Energia, Edison Lobão informou que a partir de 1º de outubro a mistura de anidrido será reduzida dos atuais 25% para 20% por tempo indeterminado.

Segundo Jank, para equacionar a oferta e demanda, o setor já tem importações de mais de 500 milhões de litros de anidrido comprometidas, com desembarque previsto entre setembro e abril de 2012. "Com a redução antecipada da mistura, é possível que parte dessa importação não seja desnecessária", explicou o presidente da Unica.

Dados da Unica mostram que a redução da mistura reduzirá a demanda mensal por etanol anidrido no mercado doméstico em cerca de 150 milhões de litros, o que, na prática, deve aumentar a disponibilidade de etanol hidratado em igual volume. Para a entidade, meses foram investidos na discussão sobre a mistura, algo que não altera de maneira significativa a oferta de etanol, enquanto temas mais importantes, ligados ao crescimento da oferta e o futuro do setor, só começam a receber a devida atenção agora.

O executivo lembrou também que é preciso definir claramente a participação do etanol hidratado na matriz de combustíveis do País. "Paralelamente, medidas que valorizem a energia a partir da biomassa também são essenciais. Com isso, começamos a ver condições para uma retomada de crescimento, nos moldes do que ocorreu entre 2004 e 2008, quando cerca de 120 novas usinas foram implantadas no país. O setor já mostrou que é capaz de desempenhar esse papel," afirmou Jank.

SIDERURGIA

IABr reduz projeção da produção de aço

A expectativa pelo desaquecimento da economia brasileira fez o Instituto Aço Brasil (IABr) revisar para baixo a projeção da produção nacional de aço bruto, para 36,3 milhões de toneladas em 2011. O número é bastante inferior aos 39,4 milhões de toneladas esperadas inicialmente, mas ainda 10,5% maior do que o registrado em 2010.

A revisão da produção reflete, sobretudo, a expectativa por uma menor demanda do mercado interno, a persistência de estoques elevados e a competição com os importados, particularmente em setores consumidores intensivos de aço. O consumo aparente deve cair 0,9%, com total estimado em 25,87 milhões de toneladas, mesmo com o aumento de 8,9% das vendas internas, projetadas em 22,5 milhões de toneladas.

"Ainda assim, é um crescimento (da produção frente a 2010) que está aqui basicamente representado pela entrada da CSA, que é aço voltado para a exportação", disse Marco Polo de Mello Lopes, presidente-executivo do Instituto Aço Brasil.

As exportações de aço bruto devem chegar a 12,22 milhões de toneladas em 2011 (US\$ 8,5 bilhões), 24,8% maiores que o volume exportado em 2010; as importações devem recuar 42,4%, num total de 3,40 milhões de toneladas (US\$ 4 bilhões).

Mas o instituto alerta que a balança comercial do consumo indireto de aço no País deve ficar negativa em 1,899 milhão de toneladas em 2011, com exportações indiretas em 2,779 milhões de toneladas e importações em

4,678 milhões de toneladas.

"Isso é aço contido que vem por conta de todos os artificialismos, mas que mostra que a nossa cadeia produtiva está sendo atacada por todas essas importações. Essa é a nossa maior preocupação", declarou Marco Polo.

Defesa comercial - Diante da concorrência externa, o presidente do IABr se reuniu na segunda-feira, em Brasília, com os ministros do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, e das Relações Exteriores, Antonio Patriota, para pedir um maior esforço na defesa comercial. Na avaliação do executivo, o excesso da capacidade de produção mundial, estimada em 532 milhões de toneladas, pode adiar o início de novos projetos siderúrgicos já anunciados no País.

AVIAÇÃO

TAM revisa plano para frotas em 2012

A companhia aérea TAM revisa para baixo o plano da frota a partir de 2012, que encerrará com 159 aeronaves, em vez das 163 previstas no plano anterior.

No mercado doméstico, para 2012 a companhia estima um crescimento de demanda menor do que a previsão para este ano - que é entre 15% e 18%, conforme o guidance para 2011 - devido à incertezas que cercam a economia mundial.

Em nota, o presidente da TAM Linhas Aéreas, Líbano Barroso, justifica que o ajuste no plano de frota é necessário "para assegurar a rentabilidade do negócio, num contexto de maior racionalidade do mercado. Para alcançar esse objetivo, intensificaremos nossas ações de controle de custos e aumento de receitas, afirma Barroso.

INDÚSTRIA PAULISTA

Nível de atividade sobe 0,3% em julho

Francisco Carlos de Assis
Da Agência Estado

O Indicador de Nível de Atividade (INA) da indústria paulista fechou julho com ligeira alta de 0,3%, na comparação com junho, considerando o ajuste sazonal, de acordo com dados divulgados ontem pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Na leitura sem ajuste, o indicador subiu 0,6% em julho ante junho. Em relação ao igual mês do ano passado, o INA fechou o mês com alta de 0,1%. No acumulado do ano, o indicador subiu 2,5%, enquanto em 12 meses a variação foi de 3,5%.

A Fiesp também divulgou revisões para o INA de junho, em relação a maio. Pela série com ajuste, o dado foi revisado de 0,1% para 0,4%. A leitura sem ajuste passou de -0,9% em junho ante maio para -1,5%.

O nível de utilização da capacidade instalada (Nuci) fechou julho em 83,1%, ante 83% em junho, sem ajuste sazonal. Na leitura com ajuste sazonal, o indicador encerrou o mês passado em 82,7%, ante 82,2% em junho.

Confiança - O nível de confiança da indústria paulista, segundo a pesquisa Sensor da Fiesp, caiu para 47,3 pontos em agosto, ante os 51 pontos registrados em julho. O indicador Sensor obedece uma escala de 0 a 100 pontos, sendo que os 50 pontos são a linha divisória entre o otimismo e o pessimismo.

GOVERNO DO Rio de Janeiro

JUNTA COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO - JUCERJA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - AVISO

A Comissão Permanente de Licitação chama atenção dos interessados para nova versão do Edital de Concorrência nº 001/2011 em face de incorreções contidas no Anexo VIII.

MODALIDADE: Concorrência n.º 001/2011

TIPO: Menor Preço

REGIME DE EXECUÇÃO: Menor Preço em regime de empreitada por preço unitário.

Objeto: Execução de obras de reforma do prédio da JUCERJA, compreendendo obras civis, incluindo demolições, fundações, estrutura, alvenaria, divisórias, acabamentos, esquadrias, escadas, rebalços, arquitetura, cobertura, impermeabilização, restauração de fachada, instalações elétricas, hidro-sanitárias, mecânicas, telefonia, lógica e prevenção e combate a incêndio, situada na Rua do Lavradio, n.º 42 - Centro - Rio de Janeiro.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 03/10/2011 às 11:00 h.

O Edital se encontra disponível no endereço eletrônico (www.jucerja.rj.gov.br), podendo, alternativamente, ser adquirida uma via impressa mediante a permuta de 01(uma) resma de papel A4 e 02 (dois) CDs. **Processo Administrativo n.º E-11/50.409/2011.**

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS
JUNTA COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO - JUCERJA

DELIBERAÇÃO JUCERJA N.º 49/2011 DE 24 DE AGOSTO DE 2011.

APROVA NOVOS ENUNCIADOS A SEREM ADOTADOS NO ÂMBITO DESTA JUCERJA.

O PLÊNARIO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JUCERJA, no uso de suas atribuições legais, reunido em Sessão Plenária de 24 de agosto de 2011, considerando:

- as recomendações da Comissão Permanente de Estudos constituída pela Portaria JUCERJA n.º 939/11, conforme consta do processo n.º E-11/50.045/11;
- a conveniência de tornar mais claras as providências que devem ser adotadas para registro de documentos nesta JUCERJA; e
- o disposto no art. 8.º, inciso VI da Lei n.º 8.934/1994;

RESOLVE

Art. 1.º - Aprovar os Enunciados de números 26 a 31, relativos à apresentação de documentos para registro empresarial, a saber:

Enunciado n.º 26: SOCIEDADE LIMITADA - ME ou EPP - PUBLICAÇÕES E DELIBERAÇÕES
A microempresa e a empresa de pequeno porte estão dispensadas da convocação e da realização de assembleia ou reunião, bastando que a matéria seja deliberada pela maioria do capital social, na forma do que dispõe o art. 70 caput da Lei Complementar n.º 123/2006. Do mesmo modo, estão dispensadas da publicação de qualquer ato societário ou demonstração financeira.

Parágrafo único - O disposto no caput deste Enunciado não se aplica: (a) se há disposição contratual em contrário ou (b) se ocorrer hipótese de justa causa ou risco à continuidade da empresa que enseje a exclusão de sócio.

Enunciado n.º 27: SOCIEDADE LIMITADA - EXCLUSÃO DE SÓCIO.
Assente a cláusula sobre exclusão de sócio por justa causa no contrato social, a respectiva exclusão só poderá ser realizada em juízo, a única exceção é a hipótese de que o sócio em vias de ser excluído concorde expressamente com a decisão dos demais.

Enunciado n.º 28: SOCIEDADE LIMITADA - PROCUAÇÃO.
Para a prática de atos que exorbitem da administração ordinária, o procurador deve receber poderes especiais e expressos, na forma do que dispõe o art. 661 do Código Civil.

Parágrafo 1.º - São exemplos de atos que exigem poderes específicos: alienação ou disposição de bens em geral; cessação de direitos, inclusive quotas; distrato, dissolução e liquidação; instituição de hipoteca e gravames sobre bens e direitos, inclusive quotas.

Parágrafo 2.º - O simples enquadramento ou o desequilíbrio como ME ou EPP não exigem poderes expressos.

Enunciado n.º 29: SOCIEDADE EMPRESÁRIA - OBJETO - CORRETAGEM DE IMÓVEIS - CRECI.
A sociedade empresária que tenha por objeto a intermediação na compra, venda, incorporação, permuta e locação de imóveis de terceiros deve ter como responsável técnico o administrador, que não será necessariamente sócio, um Corretor de Imóveis inscrito no Conselho Regional de Corretores de Imóveis - CRECI.

Parágrafo único - A sociedade empresária que tiver por objeto a incorporação de imóveis próprios, sem proceder à intermediação com terceiros, fica dispensada da exigência do caput deste Enunciado.

Enunciado n.º 30: SOCIEDADE LIMITADA - ME ou EPP - DENOMINAÇÃO.
As microempresas ou empresas de pequeno porte podem utilizar-se de firma ou denominação social para incluir seu nome empresarial.

Parágrafo único - É facultativa a inclusão do objeto na denominação social das micro e pequenas empresas, conforme dispõe o artigo 72, da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.

Enunciado n.º 31: PUBLICAÇÕES OBRIGATORIAS - DOERJ.
As publicações ordenadas na Lei de S/A devem ser feitas em periódico de grande circulação editado na localidade da sede da empresa, selecionado pelos Acionistas em Assembleia Geral, e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, tendo em vista o que dispõe o art. 289 da Lei 6.404/76 e o Parecer Jurídico do DNRC/COJUR n.º 089/00.

Parágrafo único - A Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro exigirá a estrita observância do caput desta publicação nas publicações feitas a partir de 12 de setembro de 2011.

Art. 2.º - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 2011.

CARLOS DE LA ROCQUE
PRESIDENTE - JUCERJA

PUBLICAÇÃO DE DESPACHOS

Despachos de 30 de agosto de 2011 Documentos Deferidos

Table with 2 columns: PROC. and EMPRESA. Lists various companies and their registration numbers.

Table with 2 columns: PROC. and EMPRESA. Lists various companies and their registration numbers.

Table with 2 columns: PROC. and EMPRESA. Lists various companies and their registration numbers.

PUBLICAÇÃO DE DESPACHOS

113258437 MAVBEL COMERCIO DE ROUPAS E ACESSORIOS LTA
113273606 MODERWOTT SERVIÇOS OFFSHORE DO BRASIL LTA
113152676 MENUSIS DISTRI DE DISTRIBUICAO
113259611 MEP PELLEGRINI DO BRASIL GUINDASTES E EQUIPAMENTOS NAVIAS LTA

113233602 VENDA DE EQUIPAMENTOS ELETRICO MECANICOS LTA ME
113233602 REQUINITE VILAR MODAS E CONFECOES LTA ME
112803000 RESTAURANTE ALETHEIANA LTA ME
113275706 RICARDO FRANCO MONSORES COMERCIO VAREJISTA DE GAS

113253338 TRANSPORTADORA JESUS E O CAMINHO LTA
113132875 TRAVEZANI REPRESENTACOES COMERCIAIS LTA
113161139 TRAVEZANI SIA LOGISTICA E DISTRIBUICAO
113274920 TRELUX VENDAS ASSISTENCIA TECNICA E CONSULTORIA EM SISTEMAS DE INFORMATICA LTA

Documento Indeferido

PROOC. EMPRESA
Nenhum processo encontrado nesta data

DOCUMENTOS EM EXIGENCIA

Table with columns for PROC., EMPRESA, and a grid of document numbers.

ECONOMIA

EUA

Obama estuda 7 novas regras

O presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, enviou ontem carta ao líder da Câmara dos Representantes, o republicano John Boehner, afirmando que sua administração está estudando sete novas regulamentações que teriam um impacto econômico superior a US\$ 1 bilhão cada.

“É claro que essas regras são apenas propostas, e antes de finalizar qualquer uma delas, nós vamos levar em conta os comentários e recios públicos, além de dar especial atenção a possibilidades e alternativas que reduzam gastos”, disse Obama. Obama disse que sua administração está considerando quatro regras para a Agência de Proteção Ambiental e três para o Departamento de Transporte que teriam impacto de mais de US\$ 1 bilhão. Uma proposta sobre os padrões de ozônio teria um impacto de US\$ 19 bilhões a US\$ 20 bilhões. Outra proposta sobre os padrões nacionais de emissão de poluentes teria um

impacto de US\$ 10 bilhões. O presidente norte-americano deixou claro, no entanto, os impactos dessas propostas são apenas estimativas. “Como foi apontado, a agenda regulatória inclui um grande número de regras que estão em um estágio altamente preliminar, sem uma estimativa de custo confiável”, explicou.

Obama disse acreditar que é “extremamente importante normalizar os gastos e evitar custos regulatórios injustificados, especialmente neste período econômico desafiador”. Ele lembrou a iniciativa de sua administração que exige que diversas agências federais retirem de seus balanços regulamentações onerosas e ultrapassadas.

Segundo Obama, uma “pequena parcela” de regulamentações obsoletas identificadas até agora vai gerar uma economia de mais de US\$ 10 bilhões nos próximos cinco anos. O presidente espera que o governo economize muito mais do que isso, com a continuação desse processo.

COMUNICAÇÕES

Anatel leiloa quatro posições de satélites

Eduardo Rodrigues
Da Agência Estado

Com a intenção de reforçar a capacidade brasileira para transmissão de dados e imagens para a Copa do Mundo de 2014, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) leiloou ontem quatro posições orbitais de satélites, por R\$ 254,4 milhões no total. A última posição orbital licitada pelo Brasil, em 2007, havia sido vendida por apenas R\$ 4,5 milhões.

"O fato de o País estar crescendo no setor de telecomunicações fez com que os proponentes acreditassem que haverá grande necessidade por capacidade de transmissão no futuro. O valor mostra que nós somos um grande mercado", avaliou o gerente geral de satélites da Anatel, João Carlos Albernaz.

Dois empresas arremataram duas vagas no céu, cada, e poderão explorar o direito de uso do espaço por 15 anos, prorrogáveis por igual período.

Os satélites a serem instalados nas posições orbitais leiloadas terão que cobrir todo o território brasileiro, com 25% a 50% dos transponders (equipamentos responsáveis pela transmissão e recepção no satélite) dedicados ao País.

A primeira das quatro posições orbitais foi licitada por R\$ 145,2 milhões pela a HNS Americas, companhia integrante do grupo americano Hughes, que já opera mais de 20 satélites ao redor do globo.

O valor da proposta representou um ágio de 3.579% sobre o valor inicial de R\$ 3,954 milhões.

A melhor oferta inicial na primeira etapa do leilão havia sido da própria HNS, de R\$ 83,2

milhões, mais do que o dobro da segunda melhor proposta, da Sky, de R\$ 40 milhões.

As duas empresas seguiram a disputa e, após sete rodadas de lances, a Sky desistiu de apresentar nova oferta.

Desistência - Como não conseguiu levar a primeira vaga, a Sky desistiu das outras três e abandonou o leilão, pagando a garantia mínima de R\$ 395,4 mil.

Segundo o vice-presidente de engenharia da companhia, Luiz Barcellos, apenas a primeira posição interessava à empresa, pelo fato de estar situada próxima a um espaço que a empresa já ocupa.

Dessa forma, acrescentou o executivo, os clientes da companhia poderiam acessar os dois satélites por meio de uma só antena. "Era a posição mais adequada do ponto de vista de engenharia e serviços. Não queremos correr o risco de ganhar outra posição", afirmou.

A HNS ainda arrematou a quarta posição licitada no dia, por R\$ 35,219 milhões, valor 792,5% superior ao valor mínimo estipulado pela Anatel.

Os direitos para a exploração das outras duas vagas - segunda e terceira, pela ordem de leilão - foram adquiridos pela Star One, do grupo Embratel, por R\$ 37 milhões cada uma. Em ambas, o ágio alcançado foi de 837,7%.

Sete companhias participaram do leilão, incluindo grandes grupos internacionais como a Intelsat, que possui uma frota de 54 satélites e a SES DTH, cujo grupo controlador possui 44 satélites em operação. Nem a HNS, nem a Star One comentaram suas vitórias no processo.

AMÉRICA LATINA E CARIBE

Exportação deve crescer 27% no ano

Marina Guimarães
Da Agência Estado

As exportações da América Latina e Caribe devem crescer 27% em 2011, na comparação com 2010, quando aumentaram 26,7%, conforme estimativas da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal). Mas o organismo alerta que a desaceleração econômica dos países industrializados poderia enfraquecer o comércio internacional nos próximos meses e a região sofreria impacto negativo em 2012.

Em documento divulgado ontem na sede da Cepal, em Santiago, o organismo aponta para um aumento de 23% das importações em 2011, comparado com o anterior período em que houve crescimento de 29,5%, em relação a 2009. O estudo afirma que a diversificação dos destinos exportadores estimulou o crescimento das vendas externas dos países latino-americanos, que serão refletidas em um superávit comercial regional em torno de US\$ 80 bilhões.

Volatilidade - Apesar do bom desempenho, a secretária executiva da Cepal, Alicia Bárcena, reforçou a advertência de que os analistas internacionais têm feito nas últimas semanas. "Os níveis de volatilidade e incerteza no mundo estão em faixas preocupantes. Persistem importantes desequilíbrios globais, entre eles a crise de dívida soberana de vários países europeus e a incerteza fiscal nos Estados Unidos, o que repercutirá em um enfraquecimento do comércio internacional", disse a secretária durante a apresentação do estudo.

Cautela - Para a Cepal, "a complexa situação atual dos países desenvolvidos, em especial Estados Unidos e Europa, está começando a afetar as nações emergentes e poderia traduzir-se em um menor ritmo de crescimento das exportações desses mercados em 2012". Diante desta situação, a Cepal observou a necessidade de "priorizar a cautela macroeconômica e modalidades de cooperação regional comercial e financeira, que permitam amortecer os impactos de uma eventual piora do cenário internacional".

O impacto específico de essa desaceleração, no entanto, dependerá do tipo de produtos exportados e dos mercados aos quais se dirige, ponderou a Cepal. O documento ressalta que "um menor crescimento das economias emergentes somado ao enfraquecimento dos países industrializados, poderia provocar menores preços internacionais das matérias-primas, afetando os saldos comerciais e em conta corrente dos países exportadores".

O estudo destacou que a boa performance do comércio exterior da América Latina e Caribe se deve ao aumento da importância da Ásia para estes mercados, em contraste com a queda da participação dos EUA e do estancamento europeu. "O intercâmbio Sul-Sul, encabezado pela China e o resto da Ásia emergente, é o principal motor de crescimento do comércio mundial.

PREÇOS

IGP-M sobe para 0,44% após registrar deflação

Nos 12 meses até agosto, índice que reajusta aluguéis apresentou alta de 8%

Anne Warth
Da Agência Estado

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) informou ontem que o Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) de agosto foi de 0,44%, ante queda de 0,12% em julho. A taxa ficou dentro das estimativas dos analistas consultados pelo AE Projeções (entre 0,32% e 0,47%), sendo, no entanto, superior à mediana de 0,41%.

Apesar do fim da deflação, o economista do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre-FGV), André Braz, disse ser improvável que o IGP-M de setembro supere o resultado verificado em igual mês de 2010, quando o índice subiu 1,15%. Essa projeção deve confirmar o oitavo mês consecutivo em que o IGP-M acumulado em 12 meses deve registrar desaceleração.

Em janeiro, o índice registrou o pico de 11,5% em 12 meses. Em agosto, o índice registrou alta acumulada de 8%. "Muito provavelmente o IGP-M no mês

que vem deve ficar menor que 1,15% registrado em setembro de 2010", disse o economista.

Segundo Braz, esse comportamento deve ser influenciado pelo Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA-M). "O IGP-M deve continuar a desacelerar em 12 meses, ainda que algumas pressões contínuas em pauta em alimentos processados. Mesmo com essas pressões, acho difícil que o IGP-M supere o 1,15% de setembro do ano passado e que o IPA-M ultrapasse o 1,60% de setembro de 2010", afirmou.

Braz destacou que a desaceleração em 12 meses do IPA-M não deve ocorrer com o Índice de Preços ao Consumidor (IPC-M). Isso porque em setembro de 2010 o IPC-M registrou alta de 0,34% e, no mês que vem, deve sofrer as pressões já apresentadas no IPA-M deste mês, vindas do grupo Alimentação, principalmente do subgrupo Alimentos Processados, que passou de uma queda

de 0,51% em julho para alta de 3,77% em agosto. Os destaques foram açúcar cristal (de -0,70% para +15,49%), arroz beneficiado (de 1,36% para 7,14%), aves abatidas (de 2,32% para 5,58%), carne bovina (de -1,18% para +7,55%) e leite industrializado (de -0,78% para +1,81%).

"Todos esses alimentos devem impactar o IPC-M no mês que vem, principalmente porque fazem parte da cesta básica", explicou Braz.

Pressões - O IPA-M também sofreu pressões do grupo Matérias-Primas Brutas, que saiu de -1% em julho para +1,51% em agosto, motivado por itens agropecuários. Neste grupo, Braz destacou os aumentos de bovinos (de -0,33% para +2,33%), soja (de -1,05% para +2,07%), arroz (de 4,10% para 8,99%), aves (de 2,39% para 9,09%) e suínos (de -3,93% para 19,33%). O trigo e o milho também devem pressionar o índice no mês que vem, devido aos problemas de qualidade do

trigo na Europa e nos EUA, onde questões climáticas também devem afetar o milho.

Dentro do IPC-M, alguns alimentos da cesta básica já apresentam alta que deve se intensificar em setembro. Entre eles, arroz, feijão carioca, fruta, açúcar refinado, leite longa vida, carne bovina e frango inteiro. "Tivemos aumentos disseminados no grupo Alimentação do IPC-M e prevemos que há espaço para mais pressões", disse Braz.

De acordo com o economista, é possível que o reajuste da energia elétrica em São Paulo, que deveria ter saído em julho, ocorra em setembro. Também está previsto reajuste na tarifa de telefonia fixa nacional. "É por esse motivo que a reversão do IPC-M acumulado em 12 meses, que esperamos para setembro, talvez fique apenas para outubro", afirmou.

Outro grupo que continua a pressionar o IPC-M é o de Serviços Livres, que passou de 0,23% em julho para 0,34% em agosto.

PESQUISA

Movimentação com cartões aumentou 26% no 2º trimestre

Altamiro Silva Junior
Da Agência Estado

Os cartões de crédito, débito e de lojas movimentaram R\$ 159 bilhões no segundo trimestre de 2011, expansão de 26% ante o igual período do ano passado, segundo dados divulgados ontem pela Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs). O País fechou junho com um total de 657,2 milhões de cartões emitidos, aumento de 10% ante o igual mês do ano passado. Os cartões emitidos por bancos, lojas e redes de varejo fizeram um total de 2 bilhões de transações entre os meses de abril a junho, alta de 20%.

No primeiro semestre, o volume movimentado em pagamentos com cartões somou R\$ 301 bilhões, aumento de 23% ante o igual período do ano passado. Somente os cartões de crédito giraram mais da metade desse valor, R\$ 176 bilhões no período, alta de 27%.

Na avaliação do presidente da Abecs, Cláudio Yamaguti, o crescimento do setor tem sido puxado pela substituição de meios tradicionais de pagamento (como o cheque e dinheiro) por cartões. Ele destacou ainda o aumento de renda da população, que tem trazido novas pessoas para esse mercado, especialmente das classes C, D e E. "O crescimento foi acima da média", disse o executivo em entrevista à imprensa.

Abertura do mercado - Outro ponto que contribuiu para o crescimento foi a abertura do mercado de credenciamento a novos competidores, que em julho completou um ano. Com o aumento da competição entre

Redecard e Cielo e novas entrantes no setor, como o Santander e o Banrisul, mais estabelecimentos comerciais passaram a aceitar cartões, o que aumentou as transações e os volumes movimentados pelos cartões. Yamaguti destaca que houve expansão no número de profissionais liberais, como médicos e táxis, que aceitam cartões. O executivo, além de presidente da Abecs, comanda a Redecard.

Yamaguti cita ainda o crescimento das operações (saques e pagamentos) com cartões de crédito no exterior, em meio à queda do dólar e do euro e do aumento da renda da população brasileira. O valor total de compras feitas com esse meio de pagamento em outros países foi de R\$ 4,9 bilhões no segundo trimestre, um crescimento de 22% ante o mesmo período de 2010. "Mesmo com aumento do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), as compras no exterior continuam crescendo", disse.

Revisão - A Abecs também revisou para cima as estimativas de crescimento para o mercado de cartões neste ano. A expectativa agora é que o mercado cresça 23% em 2011. A previsão anterior era de expansão de 20%. Os cartões devem movimentar ao todo R\$ 667 bilhões este ano, incluindo os de crédito, débito e de varejo.

Yamaguti disse que, apesar da revisão para cima, a estimativa ainda é conservadora. O segundo semestre pode ter crescimento menor que o primeiro, por conta de medidas do governo para o setor, como o aumento do pagamento mínimo da fatura. "Ainda não sabemos os impactos dessas medidas", disse o executivo.

RATING

Fitch pode rebaixar a China

A China enfrenta a possibilidade de um rebaixamento no seu rating de dívida em moeda local nos próximos dois anos em consequência do aumento das falências e da inflação alta que se seguiram à expansão do crédito nos últimos anos, afirmou a agência de classificação de risco Fitch. Atualmente o rating da China em moeda local é classificado em AA- pela Fitch.

As informações são da Dow Jones. A agência alertou que os formadores de política chineses enfrentam um dilema sobre como responder a outra crise global, já que a alta dos preços e as dívidas impedirão a um novo plano de estímulo como o lançado há três anos. Em abril a Fitch rebaixou a perspectiva para o rating em moeda local da China de "estável" para "negativa" em razão de preocupações com o grande aumento da dívida potencialmente desestabilizadora desde o fim de 2008.

"A qualidade dos ativos bancários (...) vai se deteriorar significativamente no médio prazo", afirmou Andrew Colquhoun, diretor de ratings soberanos da região Ásia-Pacífico. Colquhoun acredita que o governo central chinês terá de socorrer os bancos à medida que mais governos locais e empresas declaram default.

MERCADO

Fed contribui para nova alta da Bovespa

Claudia Violante, Silvana Rocha e Márcio Rodrigues
Da Agência Estado

A Bovespa registrou ontem seu terceiro pregão consecutivo em alta, favorecida pela ata da última reunião do Fomc (o Comitê de Política Monetária do Federal Reserve - Fed), divulgada nos EUA, e também por um movimento de final de mês no qual os agentes tentam melhorar a performance de suas carteiras. O índice recuperou os 55 mil pontos e fechou no melhor nível desde o início do mês.

O Dow Jones terminou o dia com variação positiva de 0,96%, aos 55 385,03 pontos, melhor nível desde 3 de agosto (56.017,22 pontos). Nestes três dias no azul, o índice subiu 4,59%. No mês, entretanto, ainda acumula perda de 5,84%. Em 2011, a queda é de 20,08%. O giro financeiro totalizou R\$ 5,229 bilhões.

O desempenho da Bovespa ontem também refletiu a ata da última reunião do Fomc, que fez as bolsas em Wall Street abandonarem as perdas e subirem. O documento mostrou a discussão dos integrantes do Fomc sobre as estimativas disponíveis para fermentar a economia, entre elas o QE3.

Os indicadores econômicos ruins indicam que essa ajuda pode ser mesmo necessária. O Fomc, o índice de confiança do consumidor dos EUA medido pelo Conference Board despencou para 44,5 em agosto, de 59,2 em julho e ante previsão de 52. A leitura de agosto é a mais fraaca desde abril de 2009.

O Dow Jones fechou em alta de 0,18%, aos 11.559,95 pontos, o S&P avançou 0,23%, aos 1.212,92 pontos, e o Nasdaq ganhou 0,55%, aos 2.576,11 pontos. No Brasil, Petrobras ON ficou estável e a PN subiu 0,29%. Na Nymex, o contrato do petróleo para outubro ficou 1,87% mais caro, a US\$ 88,90 o barril, estimulado pela ata do Fomc e pela possibilidade de um novo conflito no Oriente Médio. Vale ON encerrou com ganho de 0,23% e a PNA, de 0,68%.

Câmbio - No fechamento, o dólar à vista caiu 0,25%, para R\$ 1,5880 no balcão, e cedeu 0,39%, a R\$ 1,5856 na BM&F. Em três dias, o dólar balcão recuou 1,37%. No mês, acumula alta de 2,25%. Até 16h42, o giro registrado na clearing de câmbio somava US\$ 2,992 bilhões, (US\$ 1,829 bilhão em D+2).

No mercado futuro, nesse mesmo horário, o dólar setembro 2011

recuava 0,38%, para R\$ 1,5860, e o dólar outubro 2011 recuava 0,47%, a R\$ 1,5960.

No leilão de swap reverso, o Banco central vendeu 13 mil contratos, com dois vencimentos e volume financeiro total de US\$ 646,2 milhões. A autorização monetária também fez, à tarde, um leilão de compra de dólar à vista, no qual fixou a taxa de corte em R\$ 1,5856.

Em Nova York, o dólar mostra comportamento misto, sobe ante o euro e o franco suíço, mas recua em relação ao iene, entre outras divisas. Às 16h58, o euro valia US\$ 1,4455, de US\$ 1,4510 no fim da tarde de segunda-feira. O dólar caía a taxa de 76,67 ienes na véspera, e subia a 0,8199 franco suíço, de US\$ 0,8160 franco suíço na segunda-feira.

Juros - O DI outubro de 2011 marcava 12,265%, de 12,25% no ajuste de segunda-feira e depois de bater na mínima de 12,23%, com forte giro de 1.221.040 contratos. Esse número de negócios, segundo profissionais de renda fixa, reflete a indecisão do mercado em relação ao encontro do Copom que começou ontem e termina hoje.

PROJETO TEXAS PARTICIPAÇÕES LTDA.
CNPJ/MF nº 13.167.255/0001-95 - NIRE 33.208.874.604
Extrato de ARS. Em 24/08/11, às 10h, na sede Ladeira de N. S.ª, 311, parte, Gávea, RJ, Natisex Mercosul Fund LP ("Natisex") e Nicolas Arthur Jacques Wolak ("Nicolas"), únicos sócios da Projeto Texas Participações Ltda. ("Sociedade"), resolveram reduzir o capital social, nos termos do disposto no art. 1.062, II da Lei 10.406/2002, sendo essa redução no montante de R\$ 32.200.000,00 mediante o cancelamento de 32.200.000 quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. O valor das quotas canceladas será restituído à sócia Natisex, com expressa concordância do sócio Nicolas, mediante a entrega das 32.200.000 quotas de propriedade da Natisex na Sociedade. O novo capital social da Sociedade, no valor de R\$ 10.000.000,00, será representado por 10.000 quotas, totalmente integradas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada. RJ, 24/08/11

BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ Nº 02.201.501/0001-61



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Srs. acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V.Sas. e do público em geral, as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com a legislação societária adaptada às normas do Banco Central do Brasil, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2011 e o Relatório dos Auditores Independentes. **Risco operacional (Resolução CMN 3.380/06)** - A estrutura de gerenciamento de risco operacional foi implementada desde 2007, em conformidade com a Resolução CMN 3.380/06. A estrutura é responsável pela criação/manutenção de uma estrutura de gerenciamento de risco contínuo, que prevê a execução de controles tais como políticas, procedimentos, ferramentas, treinamentos e comunicação com objetivo de identificar e acompanhar os

riscos associados à instituição. Os controles abrangem, entre outros, os procedimentos de documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao risco operacional e, relacionas de gerenciamento do risco operacional através dos quais os riscos são continuamente monitorados e mitigados para um nível de risco residual aceitável para a instituição. **Gestão de risco de mercado (Resolução CMN 3.464/07)** - O gerenciamento de risco de mercado é efetuado de forma centralizada, por área administrativa que mantém independência com relação à mesa de operações. A instituição se encontra apta a cumprir a Resolução CMN 3.464/07, a qual trata da estrutura de gerenciamento do risco de mercado. Rio de Janeiro, 22 de agosto de 2011. A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30/06/2011 E 2010 (Em milhares de reais)

	2011	2010		2011	2010
Ativo			Passivo		
Circulante	64.058	3.303.009	Circulante	23.136	3.275.018
Disponibilidades	2.024	22.019	Obrigações por operações compromissadas	-	3.254.174
Aplicações interfinanceiras de liquidez	616	3.254.174	Outras obrigações	23.136	20.844
Títulos e valores mobiliários			Sociais e estatutárias	7.192	7.889
Carteira própria	43.223	27.589	Fiscais e previdenciárias	6.519	6.121
Outros créditos	20.824	27.589	Salários e encargos a pagar	4.635	3.449
Rendas a receber	12.613	15.207	Diversas	4.790	3.385
Diversos	8.535	6.207	Resultado de exercícios futuros	555	648
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(929)	(395)	Patrimônio líquido	74.095	71.682
Realizável a longo prazo	1.349	14.888	Capital:		
Títulos e valores mobiliários			De domiciliados no país	71.431	5
Carteira própria	-	-	De domiciliados no exterior	-	64.854
Diversos	1.349	914	Reserva de capital	-	3
Diversos	2.377	29.451	Reservas de lucros	2.174	6.679
Investimentos	9.787	3.774	Ajuste ao valor de mercado de Títulos e Valores Mobiliários	56	65
Participações em controladas no país	9.631	3.668	Títulos acumulados	434	76
Outros investimentos - Títulos patrimoniais	106	106	Total	97.786	3.347.348
Imobilizado	10.535	7.172			
Outras imobilizações de uso	16.365	11.922			
Depreciações acumuladas	(5.830)	(4.746)			
Diferido	6.868	6.518			
Gastos de organização e expansão	17.526	23.538			
Amortizações acumuladas	(10.838)	(8.955)			
Intangível	1.411	1.411			
Ativos intangíveis	6.451	4.309			
Amortizações acumuladas	(1.082)	(391)			
Total	97.786	3.347.348			

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS SEMESTRES FINDOS EM 30/06/2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	1º semestre de 2011	1º semestre de 2010
Receitas da intermediação financeira	49.184	121.664
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	49.184	121.664
Despesas da intermediação financeira	(46.667)	(119.074)
Operações de captação no mercado	(46.234)	(119.063)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(433)	-
Resultado bruto da intermediação financeira	2.517	2.590
Outras receitas (despesas) operacionais	6.745	8.749
Receitas de prestação de serviços	60.005	47.512
Despesas de pessoal	(24.556)	(20.230)
Outras despesas administrativas	(24.268)	(16.626)
Despesas tributárias	(4.462)	(3.556)
Outras receitas operacionais em controladas	1.521	1.434
Outras receitas operacionais	570	1.090
Outras despesas operacionais	(2.065)	(875)
Resultado operacional	9.262	11.339
Resultado operacional	(62)	(63)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	9.200	11.306
Imposto de renda e contribuição social	(778)	(1.214)
Provisão para imposto de renda	(1.899)	(1.769)
Provisão para contribuição social	(768)	(1.069)
Ativo fiscal diferido	1.883	667
Participações de administradores e empregados no lucro	(7.960)	(9.055)
Lucro líquido do semestre	456	80
Quantidade de ações	15.785.736	15.785.736
Lucro por ação	0,03	0,01

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SEMESTRES FINDOS EM 30/06/2011 E 2010 (Em milhares de reais)

	Reserva de capital		Reserva de lucros		Ajuste ao valor de mercado - TVM	Lucros acumulados	Total
	Capital	Aumento de capital	Atualizado de títulos patrimoniais	Legal Especial			
Saldos em 1º de janeiro de 2010	64.859	-	-	-	(5)	71.607	71.607
Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários	-	-	3	2.048	(7)	-	(5)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	80	80
Destinações do lucro:							
Reserva legal	-	-	-	-	(4)	-	(4)
Saldos em 30 de junho de 2010	64.859	-	3	2.052	85	76	71.682
Mutações do semestre	-	-	-	-	(5)	76	75
Saldos em 1º de janeiro de 2011	64.859	6.572	-	2.152	73	-	73.656
Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(17)	-	(17)
Aumento de capital social homologado pelo Banco Central do Brasil	6.572	(6.572)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	456	456
Destinações do lucro:							
Reserva legal	-	-	-	22	(22)	-	-
Saldos em 30 de junho de 2011	71.431	-	-	2.174	56	434	74.095
Mutações do semestre	6.572	(6.572)	-	22	(17)	434	433

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - SEMESTRES FINDOS EM 30/06/2011 E 2010 (Em milhares de reais)

	1º semestre de 2011	1º semestre de 2010
Fluxo de caixa das atividades operacionais:	456	80
Lucro líquido do semestre:	6.709	1.287
Ajustes ao lucro líquido:	433	9
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	2.528	(2.735)
Despesas e amortizações	150	150
Baixa de investimentos	59	-
Baixa de imobilizado de uso	22	-
Baixa de diferido e intangível	29	-
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	5.257	-
Resultado de participações em controladas	(1.521)	(1.434)
Ajuste de imobilizado de uso	171	(61)
Lucro líquido ajustado:	7.165	1.367
Aumento (Redução) em resultados de exercícios futuros	(2.731)	(2.538)
(Aumento/Redução) em outros créditos e outros valores e bens	4(6)	152
(Aumento/Redução) em outras operações	3.562	(1.418)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	5.521	1.365
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:	(2.652)	(4.56)
Aquisição de imobilizado de uso	(2.652)	(4.56)
Alienação de imobilizado de uso	171	289
Aumento de diferido e intangível	(1.069)	(1.178)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimentos	(5.567)	(1.365)
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(46)	-
Saldo no início do semestre	862	227
Saldo no fim do semestre	816	227
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(46)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEMESTRES FINDOS EM 30/06/2011 E 2010 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Distribuidora") tem como objeto social a prática de operações permitidas a sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, sendo sua principal atividade a administração de fundos e carteiras de investimentos. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas do BNY Mellon Group, incluindo sua controladora, a BNY Mellon Administração de Ativos Ltda. e a BNY Mellon Investimentos Ltda., empresa com controle em comum, que são gestoras de fundos de investimentos administrados pela Distribuidora. Os fundos de infraestrutura em operações administradas são alocados entre as empresas conforme critérios estabelecidos pela Administração. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras da Distribuidora são de responsabilidade da sua Administração, foram elaboradas com observância das práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando, a partir do exercício de 2008, as alterações trazidas pela Lei nº 11.941/09, e normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - SISFN, nas elaboradas das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2011 e 2010, a Distribuidora levou em consideração, a aplicação das alterações na Legislação Societária introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com as respectivas modificações da Lei nº 11.941/09, que foram implementadas pelo BNY Mellon em 22 de agosto de 2011, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, e normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - SISFN, nas elaboradas das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2011 e 2010, a Distribuidora levou em consideração, a aplicação das alterações na Legislação Societária introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com as respectivas modificações da Lei nº 11.941/09, que foram implementadas pelo BNY Mellon em 22 de agosto de 2011, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, e normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - SISFN, nas elaboradas das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2011 e 2010, a Distribuidora levou em consideração, a aplicação das alterações na Legislação Societária introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com as respectivas modificações da Lei nº 11.941/09, que foram implementadas pelo BNY Mellon em 22 de agosto de 2011, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, e normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - SISFN, nas elaboradas das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2011 e 2010, a Distribuidora levou em consideração, a aplicação das alterações na Legislação Societária introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com as respectivas modificações da Lei nº 11.941/09, que foram implementadas pelo BNY Mellon em 22 de agosto de 2011, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, e normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - SISFN, nas elaboradas das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2011 e 2010, a Distribuidora levou em consideração, a aplicação das alterações na Legislação Societária introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com as respectivas modificações da Lei nº 11.941/09, que foram implementadas pelo BNY Mellon em 22 de agosto de 2011, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, e normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - SISFN, nas elaboradas das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2011 e 2010, a Distribuidora levou em consideração, a aplicação das alterações na Legislação Societária introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com as respectivas modificações da Lei nº 11.941/09, que foram implementadas pelo BNY Mellon em 22 de agosto de 2011, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, e normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - SISFN, nas elaboradas das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2011 e 2010, a Distribuidora levou em consideração, a aplicação das alterações na Legislação Societária introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com as respectivas modificações da Lei nº 11.941/09, que foram implementadas pelo BNY Mellon em 22 de agosto de 2011, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, e normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - SISFN, nas elaboradas das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2011 e 2010, a Distribuidora levou em consideração, a aplicação das alterações na Legislação Societária introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com as respectivas modificações da Lei nº 11.941/09, que foram implementadas pelo BNY Mellon em 22 de agosto de 2011, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, e normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - SISFN, nas elaboradas das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2011 e 2010, a Distribuidora levou em consideração, a aplicação das alterações na Legislação Societária introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com as respectivas modificações da Lei nº 11.941/09, que foram implementadas pelo BNY Mellon em 22 de agosto de 2011, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, e normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - SISFN, nas elaboradas das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2011 e 2010, a Distribuidora levou em consideração, a aplicação das alterações na Legislação Societária introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com as respectivas modificações da Lei nº 11.941/09, que foram implementadas pelo BNY Mellon em 22 de agosto de 2011, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, e normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - SISFN, nas elaboradas das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2011 e 2010, a Distribuidora levou em consideração, a aplicação das alterações na Legislação Societária introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com as respectivas modificações da Lei nº 11.941/09, que foram implementadas pelo BNY Mellon em 22 de agosto de 2011, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, e normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - SISFN, nas elaboradas das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2011 e 2010, a Distribuidora levou em consideração, a aplicação das alterações na Legislação Societária introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com as respectivas modificações da Lei nº 11.941/09, que foram implementadas pelo BNY Mellon em 22 de agosto de 2011, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, e normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - SISFN, nas elaboradas das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2011 e 2010, a Distribuidora levou em consideração, a aplicação das alterações na Legislação Societária introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com as respectivas modificações da Lei nº 11.941/09, que foram implementadas pelo BNY Mellon em 22 de agosto de 2011, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, e normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - SISFN, nas elaboradas das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2011 e 2010, a Distribuidora levou em consideração, a aplicação das alterações na Legislação Societária introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com as respectivas modificações da Lei nº 11.941/09, que foram implementadas pelo BNY Mellon em 22 de agosto de 2011, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, e normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - SISFN, nas elaboradas das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2011 e 2010, a Distribuidora levou em consideração, a aplicação das alterações na Legislação Societária introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com as respectivas modificações da Lei nº 11.941/09, que foram implementadas pelo BNY Mellon em 22 de agosto de 2011, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, e normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - SISFN, nas elaboradas das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2011 e 2010, a Distribuidora levou em consideração, a aplicação das alterações na Legislação Societária introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com as respectivas modificações da Lei nº 11.941/09, que foram implementadas pelo BNY Mellon em 22 de agosto de 2011, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, e normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - SISFN, nas elaboradas das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2011 e 2010, a Distribuidora levou em consideração, a aplicação das alterações na Legislação Societária introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com as respectivas modificações da Lei nº 11.941/09, que foram implementadas pelo BNY Mellon em 22 de agosto de 2011, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, e normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - SISFN, nas elaboradas das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2011 e 2010, a Distribuidora levou em consideração, a aplicação das alterações na Legislação Societária introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com as respectivas modificações da Lei nº 11.941/09, que foram implementadas pelo BNY Mellon em 22 de agosto de 2011, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, e normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - SISFN, nas elaboradas das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2011 e 2010, a Distribuidora levou em consideração, a aplicação das alterações na Legislação Societária introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com as respectivas modificações da Lei nº 11.941/09, que foram implementadas pelo BNY Mellon em 22 de agosto de 2011, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, e normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - SISFN, nas elaboradas das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2011 e 2010, a Distribuidora levou em consideração, a aplicação das alterações na Legislação Societária introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com as respectivas modificações da Lei nº 11.941/09, que foram implementadas pelo BNY Mellon em 22 de agosto de 2011, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, e normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - SISFN, nas elaboradas das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2011 e 2010, a Distribuidora levou em consideração, a aplicação das alterações na Legislação Societária introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com as respectivas modificações da Lei nº 11.941/09, que foram implementadas pelo BNY Mellon em 22 de agosto de 2011, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, e normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - SISFN, nas elaboradas das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2011 e 2010, a Distribuidora levou em consideração, a aplicação das alterações na Legislação Societária introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com as respectivas modificações da Lei nº 11.941/09, que foram implementadas pelo BNY Mellon em 22 de agosto de 2011, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, e normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - SISFN, nas elaboradas das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2011 e 2010, a Distribuidora levou em consideração, a aplicação das alterações na Legislação Societária introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com as respectivas modificações da Lei nº 11.941/09, que foram implementadas pelo BNY Mellon em 22 de agosto de 2011, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, e normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - SISFN, nas elaboradas das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2011 e 2010, a Distribuidora levou em consideração, a aplicação das alterações na Legislação Societária introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com as respectivas modificações da Lei nº 11.941/09, que foram implementadas pelo BNY Mellon em 22 de agosto de 2011, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, e normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - SISFN, nas elaboradas das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2011 e 2010, a Distribuidora levou em consideração, a aplicação das alterações na Legislação Societária introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com as respectivas modificações da Lei nº 11.941/09, que foram implementadas pelo BNY Mellon em 22 de agosto de 2011, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, e normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - SISFN, nas elaboradas das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2011 e 2010, a Distribuidora levou em consideração, a aplicação das alterações na Legislação Societária introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com as respectivas modificações da Lei nº 11.941/09, que foram implementadas pelo BNY Mellon em 22 de agosto de 2011, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, e normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - SISFN, nas elaboradas das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2011 e 2010, a Distribuidora levou em consideração, a aplicação das alterações na Legislação Societária introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com as respectivas modificações da Lei nº 11.941/09, que foram implementadas pelo BNY Mellon em 22 de agosto de 2011, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, e normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - SISFN, nas elaboradas das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2011 e 2010, a Distribuidora levou em consideração, a aplicação das alterações na Legislação Societária introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com as respectivas modificações da Lei nº 11.941/09, que foram implementadas pelo BNY Mellon em 22 de agosto de 2011, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, e normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - SISFN, nas elaboradas das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2011 e 2010, a Distribuidora levou em consideração, a aplicação das alterações na Legislação Societária introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com as respectivas modificações da Lei nº 11.941/09, que foram implementadas pelo BNY Mellon em 22 de agosto de 2011, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, e normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - SISFN, nas elaboradas das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2011 e 2010, a Distribuidora levou em consideração, a aplicação das alterações na Legislação Societária introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com as respectivas modificações da Lei nº 11.941/09, que foram implementadas pelo BNY Mellon em 22 de agosto de 2011, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, e normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - SISFN, nas elaboradas das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2011 e 2010, a Distribuidora levou em consideração, a aplicação das alterações na Legislação Societária introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com as respectivas modificações da Lei nº 11.941/09, que foram implementadas pelo BNY Mellon em 22 de agosto de 2011, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, e normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - SISFN, nas elaboradas das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2011 e 2010, a Distribuidora levou em consideração, a aplicação das alterações na Legislação Societária introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com as respectivas modificações da Lei nº 11.941/09, que foram implementadas pelo BNY Mellon em 22 de agosto de 2011, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, e normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - SISFN, nas elaboradas das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2011 e 2010, a Distribuidora levou em consideração, a aplicação das alterações na Legislação Societária introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com as respectivas modificações da Lei nº 11.941/09, que foram implementadas pelo BNY Mellon em 22 de agosto de 2011, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, e normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - SISFN, nas elaboradas das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2011 e 2010, a Distribuidora levou em consideração, a aplicação das alterações na Legislação Societária introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com as respectivas modificações da Lei nº 11.941/09, que foram implementadas pelo BNY Mellon em 22 de agosto de 2011, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, e normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - SISFN, nas elaboradas das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2011 e 2010, a Distribuidora levou em consideração, a aplicação das alterações na Legislação Societária introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com as respectivas modificações da Lei nº 11.941/09, que foram implementadas pelo BNY Mellon em 22 de agosto de 2011, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, e normas e instru

BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ Nº 02.201.501/0001-61

Table with 4 columns: 2011, Imp. de renda, Contrib. imp. de renda, Contrib. social. Rows include Outras despesas operacionais, Despesas dos fundos administrados, Lucro antes da tributação, Lucro contábil antes da tributação, Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social.

de R\$ 14.277 (em 2010: R\$ 7.248) para contribuição social... Reservas legais: Foi constituída com o saldo remanescente do lucro líquido... Contingências: A Distribuidora vem discutindo judicialmente a inconstitucionalidade da COFINS...

original de R\$ 579 para R\$ 263 sendo o valor atualizado em 30 de junho de 2011 de R\$ 280... Programa de participação nos lucros: A Distribuidora possui um programa de participação nos lucros elou...



José Carlos Lopes Xavier de Oliveira • Alberto Elias Assayag Rocha • Marcelo Pereira da Silva • Maurício Graccho de Severiano Cardoso

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria e aos acionistas da BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - Rio de Janeiro... Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras: A Administração da Distribuidora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras...

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - EXERCÍCIO FINANCEIRO EM 30 DE JUNHO DE 2011

I - Introdução: O Comitê de Auditoria da BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. foi instaurado pela Assembleia Geral Extraordinária de 17 de junho de 2004... Avaliação da Eficácia dos Sistemas de Controle Interno, do Compliance e das Auditorias Interna e Externa: O Comitê julgou adequado a efetividade dos sistemas de controle interno da Distribuidora...

PERNAMBUCO

Saúde no interior do País ganhará reforço

Dilma Rousseff diz que haverá distribuição de profissionais de medicina no País

Tânia Monteiro Da Agência Estado

Segundo a presidente, objetivo é aumentar em 4,5 mil os médicos formados anualmente e oferecer estímulos para que fiquem no interior

Para a presidente, o objetivo é aumentar em 4,5 mil o número de médicos formados por ano no Brasil... "Não vamos medir esforços para assegurar qualidade na graduação"

Dilma diz dispensar 'presente de grego'

Angela Lacerda Da Agência Estado

"Não quero que me deem presentes de grego", disse ontem a presidente da República, Dilma Rousseff, recorrendo a uma expressão que tem origem em um episódio da Grécia Antiga... "Gostaria que aprovassem as despesas, mas que tivessem a firmeza e a coragem de apresentar a origem dos recursos..."

CASSAÇÃO

Deputados absolvem Jaqueline Roriz

Deputados absolvem Jaqueline Roriz

Eduardo Bresciani Da Agência Estado

A Câmara dos Deputados absolveu ontem a deputada Jaqueline Roriz (PMN-DF) no processo de cassação do seu mandato... "Vou melhorar, vou melhorar isso", disse a presidente. Ao ser dirigida diretamente aos alunos, Dilma disse que "se atrevia a fazer um convite aos estudantes para que viessem fazer um curso em sua região, não se atrevia a fazer um curso em sua região em um polo de excelência..."

Jaqueline Roriz defendeu a cassação do seu mandato... "Lamentavelmente vivemos um período em que parcela da mídia devora a honra de qualquer pessoa". Fez ataques também ao procurador-geral da República, Roberto Gurgel, que a denunciou na semana passada... "Entre os parlamentares, prevaleceu o discurso do medo espa-

Pedro Marcos Barbosa



Questão de Justiça

pedromarcos@nbb.com.br

Seres malévolos

Na aula de Teoria Geral do Estado nas tradicionais bancas das faculdades de direito costuma-se ensinar as conhecidas diferenças entre os pensadores contratualistas, com especial destaque para as visões antropológicas (antagonistas) de Rousseau e Hobbes. Para o primeiro, o homem tenderia a bondade no estado de natureza, ou seja, originalmente estaria fadado a agir de acordo a um bem comum.

Na visão menos otimista de Hobbes, o excesso de liberdade resultaria no homem como lobo dos seus próximos, razão pela qual o Estado interviria avocando – inclusive – o poder de punir. Confesso que nunca fui seduzido por qualquer dos dois lados maniqueístas, pois empiricamente os seres sempre parecem um tanto gris.

Entretanto as qualidades da falibilidade humana ficam mais à evidência no exercício de uma posição hierárquica. Há um conhecido “provérbio dos corredores dos fóruns” que cuida, humoristicamente, do sentimento de onipotência (ou “juizite”) que afeta certos “super-heróis” da capa preta: “Os juizes acham que são deuses, os Desembargadores têm certeza, e os Ministros creem ser Zeus”.

Esse excerto da parábola, contudo, não é uma característica exclusiva da magistratura, uma idiosincrasia particular aos julgadores, mas algo comum a aqueles – todos – que permitem o (pre)domínio pessoal de certo narcisismo. O grande problema vem da reiteração de tais condutas indesejáveis que acabam tornando, aos olhos dos desavisados, o “comum” em “normal”. Dessa forma o paradigma ético, do dever ser, é substituído pelo padrão prático, do empirismo vivido e sensível.

Mas muito se engana quem pensa que os abusos e disfunções são peculiaridades daqueles que enveredam batutas poderosas, togas portentosas, ou qualquer posto de comando hierárquico elevado. No exercício dos pequenos cargos e poderes é corriqueira a prática voluntarista e maldosa que não observa no próximo qualquer sujeito de direitos, e atribuição de dignidade.

Se não se conceber vantagem pessoal no comportamento das pessoas, porque aquele “sorriso de boca” habitue das faces dos “poderosos de crachá”?

Para a mais fácil constatação de tal premissa bastam alguns fatos do cotidiano: alguns seguradoras das portas “rotatórias” de instituições bancárias que, coincidentemente, elegem pessoas de determinado fenótipo colorido, ou de trajas mais simples, para abrirem suas bolsas e bolsos, numa verdadeira escolha entre o habeas corpus ou de sua privacidade.

Outro lugar propício para, também em nome da “imaculada” segurança, legitimar todo tipo de perseguição “de controle” são os aeroportos. Jaguões de ambos os sexos em trajes pretos com detectores de metais, que sentem um prazer semi-orgásmico quando ouvem determinado apito (aleatório?) do aparato de última geração.

Talvez as más condições salariais, o trabalho cansativo de quem passa em pé longas horas seja “recompensado” pelos dois, três minutos de exercício do autoritarismo com os conhecidos comandos de “está carregando algum metal? Meodas? Voltê! De novo!”

Se não é possível conceber qualquer vantagem pessoal (jurídica ou socialmente apreciável) no comportamento de tantas pessoas, como então justificar aquele “sorriso de boca” habitue das faces dos “poderosos de crachá”?

A noção grega sobre “tragédias” e “comédias” é bastante razoável para tais contemplanções intelectivas, posto que a comédia seria a tragédia alheia, enquanto a última seria composta das desgraças próprias.

Nutridos pelo (pequeno ou grande) poder, e imbuídos da liberdade de viverem belas “comédias” ao custo dos próximos, certamente cumprirão – sem hesitar – competentemente seu mister por longos anos. De tanto acostumados por assim proceder provavelmente acreditarão estarem prestando valiosos serviços sociais, e contribuindo para um “mundo melhor”.

Como despostos de si mesmos acabamos – em algum momento das nossas vidas – convivendo com tais figuras como irmãos, colegas de trabalho e vizinhos, mas provavelmente recusaríamos, prontamente, a ideia de já termos protagonizado a personagem creontiana.

Nunca precisamos tanto do imperativo categórico kantiano como Lei universal contra a maldade nossa de cada dia.

Pedro Marcos Barbosa é mestre em Direito Civil, especialista em Propriedade Intelectual, professor da Graduação em Direito da PUC-RIO, e sócio de Denis Borges Barbosa Advogados.

ORÇAMENTO

Ministros do Supremo devem ficar sem reajuste

Aumento de 14,79% no salário é uma das principais reivindicações do Judiciário

Mariângela Gallucci e Lu Aiko Otta
Da Agência Estado

O governo enviou ontem uma comitiva de ministros ao Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar amansar o presidente da Corte, Cezar Peluso. Guido Mantega (Fazenda), Miriam Belchior (Planejamento), José Eduardo Cardoso (Justiça) e Luis Inácio Adams (Advocacia Geral da União) estiveram na sede do tribunal para comunicar a Peluso que o Orçamento de 2012 não contemplará todos

os pedidos do Poder Judiciário. Deverá ficar prejudicada uma das principais reivindicações do Judiciário, que é um aumento de 14,79% no salário dos ministros do STF. O valor atual, de R\$ 26,7 mil, passaria para R\$ 30,6 mil. O reajuste teria grande impacto nas contas porque a remuneração dos integrantes do Supremo é o teto do funcionalismo público. Toda vez que o valor sobe ocorrem aumentos em cascata pelo menos no Judiciário.

O encontro de cortesia entre Peluso e os quatro ministros do primeiro escalão do governo fe-

deral não foi divulgado na agenda do presidente do Supremo. De acordo com informações de integrantes da Corte, os ministros da presidente Dilma Rousseff mostraram a Peluso o panorama da economia mundial e brasileira e disseram que nesse momento é necessário um corte nos gastos.

Mantega e Miriam Belchior estiveram no STF porque são os ministros diretamente envolvidos com a proposta orçamentária. Já Adams e Cardoso são os que têm mais trânsito no Supremo e facilitaram a interlocução.

O Supremo já tinha planos traçados para o orçamento de 2012. De acordo com a proposta aprovada no dia 3, em sessão administrativa e encaminhada ao governo, o orçamento do próximo ano seria de R\$ 614 milhões.

Nela havia previsão para o pagamento do reajuste de salários para os ministros e para a implantação de um plano de cargos e salários para os servidores. A proposta destinava R\$ 18,9 milhões para a realização de uma série de obras de engenharia e projetos de arquitetura no edifício sede da Corte.

SENADO

Procuradoria recorre contra pagamento de supersalários

Mariana Jungmann
Da Agência Brasil

A Procuradoria Regional da República da 1ª Região pediu ontem ao Tribunal Regional da 1ª Região que imponha ao Senado a obediência ao teto salarial constitucional no pagamento de seus funcionários.

A procuradoria tenta derubar uma decisão do próprio tribunal que suspendeu uma

liminar que impedia o Senado de pagar acima do teto de R\$ 26,7 mil, valor equivalente ao salário de um ministro do Supremo Tribunal Federal.

O procurador regional da República, Nicolau Dino Neto, alega que o não cumprimento do teto salarial para o funcionalismo público fere a ordem pública e o conteúdo moralizador da Constituição que deve balizar a administração pública.

Em reforma administrativa interna, o Senado tem discutido o pagamento de salários acima do teto constitucional. O relator da proposta de reforma, senador Ricardo Ferraco (PMDB-ES), declarou ter dificuldades para saber quantos são os funcionários que ganham mais de R\$ 26,7 mil e orientou a casa a fazer um corte simplificado nos salários acima desse valor para garantir o respeito à lei.

Com a suspensão da liminar que obrigava o Senado a cumprir o teto de pagamento, contudo, os funcionários voltaram a receber os salários que ultrapassavam os limites constitucionais. A assessoria de imprensa da Casa informou que o setor jurídico não decidiu se irá recorrer do pedido feito pela procuradoria regional da República, mas que o Senado irá acatar qualquer decisão judicial que venha a ser proclamada.

DOROTHY STANG

Adiado julgamento de fazendeiro

Alex Rodrigues
Da Agência Brasil

O Tribunal de Justiça do Pará adiou para daqui a uma semana o julgamento do recurso apresentado pelo fazendeiro Regivaldo Pereira Galvão, conhecido como Prisão pelo assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang. Galvão tenta anular a sentença da 2ª Vara do Tribunal do Juri de Belém, proferida em abril de 2010.

Prevista para ontem, a sessão de julgamento foi adiada para a próxima terça-feira a pedido do Ministério Público. Segundo o tribunal, a medida visa a dar tempo para que a relatora da apelação, a juíza Nadja Nara Cobra Meda, a procuradora do Ministério Público Mariza Machado da Silva Lima e os demais integrantes da 1ª Câmara Criminal Isolada analisem um vídeo que o advogado de Galvão, Jânio Siqueira, pretende apresentar como prova.

Em nota, o tribunal explicou que o pedido para que o vídeo de três minutos fosse exibido e acrescentado ao processo só foi protocolado na segunda-feira à noite, fora do prazo legal, que determina que qualquer nova prova deve ser apresentada no mínimo três dias antes do julgamento para que todas as partes possam tomar conhecimento da documentação.

Condenado a cumprir sua pena em regime fechado, Galvão está recorrendo da sentença em liberdade provisória. Ele é o único dos cinco acusados pelo assassinato que continua solto, e nega qualquer participação no crime.

Os demais acusados já condenados estão presos. São eles: Vitalmino Bastos de Moura, o Bida, condenado a 30 anos de prisão; Rayfran das Neves, o Fogoio, condenado a 27 anos; Clodoaldo Batista, e Eduardo, condenado a 17 anos; e Amair Feljo, o Tato, sentenciado a 27 anos.

Defensores dos direitos de pequenos produtores rurais da região de Altamira (PA), Dorothy Stang foi morta com sete tiros em fevereiro de 2005, na cidade de Anapu (PA).

UNANIMIDADE

Ministério Público pede dissolução da Bancoop

Fausto Macedo
Da Agência Estado

O Conselho Superior do Ministério Público de São Paulo mandou ontem abrir ação civil pública para dissolução da Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo (Bancoop), nomeação de interventor judicial e afastamento imediato dos atuais integrantes da diretoria executiva e do conselho de administração.

A decisão foi unânime. Por 10 votos a zero, os procuradores de

Justiça que integram o Conselho Superior impuseram massacre histórico à entidade criada em 1996 por um núcleo do PT ligado ao Sindicato dos Bancários.

A ação ficará a cargo de um promotor. E o mais pesado revés sofrido pela Bancoop desde que, no ano passado, a promotoria denunciou criminalmente a cúpula da cooperativa à Justiça, atribuindo a seus quadros principais formata de quadrilha, lavagem de dinheiro e desvios estimados em R\$ 100 milhões.

O Ministério Público suspeita que parte desse montante pode ter financiado campanhas políticas do PT. A Bancoop também está sob fogo de milhares de cooperados que alegam ter sido lesados por má gestão.

A ação vai pedir eleição de nova diretoria e novo conselho para assumir a gestão da Bancoop até final dissolução e conclusão dos empreendimentos utilizando-se de contabilidade independente, com separação das contas.

SÃO PAULO

Suspensão de aeroporto de Congonhas é regada

A Justiça Federal julgou improcedente o pedido do Ministério Público de suspender as atividades do aeroporto de Congonhas, na zona sul de São Paulo. O MP havia pedido a interrupção de todas as operações de pouso e decolagem, até serem sanadas as dúvidas quanto à questão da segurança, por conta do acidente com o avião da TAM em 2007. A sentença foi proferida pelo juiz federal Clécio Braschi, da 8ª Vara Civil em São Paulo/SP.

Após o acidente, que deixou 199 mortos, o MP ajuizou a presente Ação Civil Pública, com pedido de liminar, contra Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), pleiteando a suspensão das atividades do Aeroporto.

Ainda segundo a Justiça Federal, a Procuradoria alegou que as conclusões precárias da pista foram fundamentais para a ocorrência do acidente e que o contexto do aeroporto não favorece as condições de segurança dos usuários, em sua localização em um ambiente urbano.

De acordo com a sentença, o pedido de interdição não procede, pois peritos criminais federais realizaram, entre os dias 18 e 24 de junho de 2007, exames e diligências na pista e em nenhum momento recomendaram alguma medida de interdição, mas recomendações de segurança.

O magistrado avaliou também o fato de o aeroporto estar situado em zona urbana densamente habitada não pode ser objeto de análise pelo Poder Judiciário. O julgamento da conveniência ou não de onde o Aeroporto funciona cabe exclusivamente ao Poder Executivo.

CARTÓRIO DA 21ª VARA CÍVEL
EDITAL DE CITAÇÃO

Com o prazo de vinte dias
AMM Juíza de Direito, Dr(a) Adriana Costa dos Santos - Juiz em Exercício do Cartório da 21ª Vara Cível da Comarca da Capital, RJ, FAZ SABER aos que o presente edital com o prazo de vinte dias virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo, que funciona a Eramo Braga, 115 sala 901 D CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 2588-2248 e-mail: cap21civ@trj.jus.br, tramitam os autos da Classe/Assunto Usucapião - Usucapião, de nº 0237021-77/2007.8.19.0001 (2007.001.231463-0), movida por BRUNO DUARTE DE CASTRO (brasileiro, funcionário público estadual, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, portador da identidade nº 09187678-9, expedida pelo IFR inscrita no CPF sob o nº 078.615.847-63), objetivando CITAÇÃO de LINO IURICH (italiano, solteiro, maior, capitão de longo curso, portador da identidade do SPMAF/SR/RJ nº 0039036, inscrito no CPF sob o nº 957.192.567-00) para responder à mencionada ação, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo-lhe, outrossim, a advertência de que, não sendo contestada, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor na petição inicial. Assim, pelo presente edital CITA LINO IURICH, que se encontra em lugar incerto e desconhecido, para no prazo de quinze dias oferecer contestação ao pedido inicial, querendo, ficando ciente de que presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados, caso não ofereça contestação. Dado e passado nesta cidade de Rio de Janeiro, Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e onze. Eu, Glória Marcia Martins Serra - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/30279, o subscrevo.

CURTA

Juiz manda parar construção de presídio em Bernardino de Campos

A construção da Penitenciária de Bernardino de Campos, no centro-oeste paulista, foi suspensa no fim de semana pelo juiz Renato Hasegawa Louso, do Fórum de Ipaussu. Ele concede liminar ao Ministério Público Estadual, que entrou com ação civil pública contra o governo do estado e a Cetesb (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo), exigindo o cancelamento das obras iniciadas há pouco tempo. O magistrado entendeu que há falta do Estudo de Impacto de Vizinhança (EVI). A Cetesb informou que a legislação federal dispensa o EVI em obras realizadas nas áreas rurais. “É o caso do presídio de Bernardino de Campos”, acrescenta a Cetesb.

BANCO ARBI S.A.

CNPJ Nº 54.403.563/0001-50

Relatório da Administração: Srs. acionistas, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras levantadas em 30/06/11 e I respectivas notas explicativas. Neste exercício, o Banco, apresentou um prejuízo no ordem de R\$ 2.773 mil. O Banco Arbi, mantém políticas e controles internos a fim de monitorar e mitigar os riscos inerentes a sua atividade operacional. Em atendimento às Resoluções 3.380, 3.484 e 3.721 do Conselho Monetário Nacional, desenvolveu as políticas para o Gerenciamento de Risco Operacional, Risco de Mercado e Risco de Crédito, respectivamente, que compreendem o funcionamento da estrutura de gerenciamento de riscos e o monitoramento dos processos. O departamento de Ouvidoria atua como um canal de comunicação, entre o Banco Arbi e seus clientes, registrando todos os eventos e respondendo com eficiência. A fim de atender às questões não solucionadas por outros canais. Rio de Janeiro, 12/08/11. A Administração.

Balancos Patrimoniais em 30/06/11 e 2010 (Em MRS)
Ativo
Circulante
Disponibilidades
Aplicações interfinanceiras de liquidez
Aplicações em operações compromissadas
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros
Títulos e valores mobiliários
Instrumentos financeiros derivativos
Carteira própria
Incluídas a operações compromissadas
Vinculadas a prestação de garantias
Relações interfinanceiras
Pagamentos e recebimentos a liquidar
Créditos vinculados
Banco Central - reserva compulsória em espécie
Banco Central - outros depósitos
Relações interdependências
Dependências no País
Operações de crédito
Emprestimos, títulos descontados e financiamentos - setor privado
Provisões para operações de créditos
Outros créditos
Rendas a receber
Diversos
Provisões para outros créditos
Outros valores e bens
Despesas antecipadas
Não Circulante
Operações de crédito
Emprestimos, títulos descontados e financiamentos - setor público
Provisões para operações de créditos
Outros créditos
Diversos
Outros valores e bens
Despesas antecipadas
Investimentos
Participações em controladas/coligadas - no País
Outros investimentos
Imobilizado de uso
Outras imobilizações de uso
Depreciações acumuladas
Diferido
Gastos de organização e expansão
Amortizações acumuladas

Demonsrtações dos Fluxos de Caixa Semestres Finais em 30/06/11 e 2010 (Em MRS)
Luzo líquido (prejuízo) do semestre
Ajustes ao lucro líquido (prejuízo)
Ajustes ao lucro líquido (prejuízo)
Variação no resultado exercício lucro
Ajuste a mercado de tit. e val. mobiliários e instrumentos financ. derivativos
Reversão de prov. perdas em investimentos
Provisão (reversão) p/operas operações de crédito
Depreciação e amortização
Participação societária não consolidadas
Resultado de participação em coligadas/controladas
Redução de aplicações interfinanceiras de liquidez
Variação de ativos e obrigações
Redução (aumento) de tit. e val. mobiliários e instrumentos financ. derivativos
Luzo líquido (prejuízo) do semestre
Redução de relações interfinanceiras
Aumento de operações de créditos
Aumento (redução) de outros créditos
Aumento (redução) de outros valores e bens
Redução de outras obrigações
Caixa líquido aplicado em atividades operacionais
Alienação de Imobilizado de uso
Aumento participações societárias
Aquisição de investimentos
Caixa líquido aplicado em atividades de investimentos
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos
Aumento de depósitos
Fluxo de caixa das atividades operacionais
Caixa líquido proveniente de atividades de financiamento
Redução no caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre
Redução no caixa e equivalentes de caixa

Demonsrtações das Mutações do Patrimônio Líquido Semestres Finais em 30/06/11 e 2010 (Em MRS)
Saldo em 01/01/10
Aumento de capital
Ajuste ao valor de mercado - TVM e instrumentos financeiros derivativos
Luzo líquido do semestre
Saldo em 30/06/10
Mutações do semestre
Saldo em 01/01/11
Ajuste ao valor de mercado - TVM e instrumentos financeiros derivativos
Prejuízo do semestre
Saldo em 30/06/11
Mutações do semestre

Reservas de Capital
Capital Social
Patrimonial
Ajuste ao valor de mercado - TVM e instrumentos financeiros derivativos
Prejuízos acumulados

10. Outros Valores e Bens - Despesas Antecipadas
Circulante
Não Circulante
12. Outras Obrigações - Diversas
Circulante
Não Circulante

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Semestres Finais em 30/06/11 e 2010 (Em milhares de reais)
1. Contexto Operacional: O Banco Arbi S.A., tem por objetivo a prática de operações ativas, passivas de liquidez e serviços bancários comerciais, desenvolvendo suas operações de modo integrado através das carteiras comercial, de investimentos e de crédito. 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis: Foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir das demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação contábil e alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, para registro contábil das operações, associadas, quando aplicável, as normas e instruções do CMN, do BACEN e do CPC, quando aplicável. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 31/07/11. 3. Resumos das Principais Práticas Contábeis: a. Disponibilidades: Representadas por caixa e reservas livres, b. Aplicações interfinanceiras de liquidez, operações de crédito, depósitos e outras operações ativas e passivas: As operações pré-fixadas estão registradas pelo valor futuro, reatificadas pela conta Rendas/Despesas a apropriar, e as operações pós-fixadas estão registradas pelo valor presente e atualizadas monetariamente pro rata diu até a data do balanço. c. Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários são classificados, nos termos da Circular BACEN 3.068/01 em três categorias, a saber: - Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frentados, os quais são avaliados ao valor presente e atualizados monetariamente no período de realização em contrapartida ao resultado do período. - Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção de mantê-los em carteira até o vencimento, os quais são avaliados pela taxa intrínseca dos títulos em contrapartida ao resultado do período. - Títulos disponíveis para a venda - aqueles que não se enquadram nas categorias anteriores, são registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, em contrapartida do resultado e avaliados ao valor de mercado de liquidez, o que está disposto no patrimônio líquido líquido dos efeitos tributários. d. Provisão para créditos de liquidação duvidosa: A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para absorver eventuais prejuízos na sua realização e sua constituição leva em consideração a avaliação de risco, a avaliação de risco do devedor e seus garantidores, bem como características específicas das operações realizadas, de acordo com a Resolução 2.682/09 do BACEN, sendo o seu montante suficiente para cobrir eventuais perdas. e. Operações de crédito: A avaliação de risco é realizada pelo método de equivalência patrimonial. f. Imobilizado e depreciação acumulada: Os bens e direitos, classificados no imobilizado de uso são demonstrados pelo custo de aquisição, calculado a cada balanço, menos o calculado, inclusive encargos tributários calculados com base no resultado do período são demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço. As obrigações sujeitas às atualizações monetárias com base em cláusulas contratuais são demonstradas pelo valor atualizado até a data do balanço. g. Classificação dos ativos e passivos circulante e não circulante: Os ativos e passivos operacionais, cujos vencimentos ou possibilidade efetiva de liquidação ocorram até o prazo de 1 ano do balanço, são classificados em circulante e aqueles cujos vencimentos ou possibilidade efetiva de liquidação ocorram após esse prazo são classificados no não circulante. 4. Resumos dos Principais Procedimentos de Consolidação: No processo de consolidação das demonstrações contábeis foram adotados os seguintes procedimentos: (a) Eliminação dos saldos ativos e passivos entre as empresas consolidadas; (b) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como os resultados não realizados entre as empresas consolidadas; (c) Destaque do valor de participação do risco de liquidez, controladas nas demonstrações contábeis consolidadas. 5. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos:
Circulante
Títulos de renda variável
Ações de companhias abertas
Títulos de renda fixa
Letras Financeiras
Vinculadas a operações compromissadas
Letras Financeiras do Tesouro
Incluídas a prestação de garantias
Outros

Demonsrtações de Resultados Semestres Finais em 30/06/11 e 2010 (Em MRS, exceto o lucro (prejuízo) por ação)
Receitas da intermediação financeira
Operações de crédito
Resultado de operações c/ títulos e valores mobiliários
Despesas da intermediação financeira
Operações de captação no mercado
Provisão/reversão para créditos de liquidação duvidosa
Resultado bruto da intermediação financeira
Outras receitas/despesas operacionais
Receitas de prestação de serviços
Despesas de pessoal
Outras despesas administrativas
Resultado de participação em controladas/coligadas
Outras receitas operacionais
Outras despesas operacionais
Resultado operacional antes da tributação sobre o lucro e da participação societária não consolidadas
Imposto de renda
Contribuição social
Participações societárias não consolidadas
Lucro líquido (prejuízo)
Lucro (prejuízo) por ação
Número de ações:

10. Outros Valores e Bens - Despesas Antecipadas
Circulante
Não Circulante

12. Outras Obrigações - Diversas
Circulante
Não Circulante

13. Outras Despesas Administrativas
Despesas de água, energia e gás
Despesas de comunicação
Despesas de manutenção conservação bens
Despesas de material
Despesas de processamento e dados
Despesas de promoções relações públicas
Despesas de propaganda e publicidade
Despesas de publicações
Despesas de seguros
Despesas serviços sistema financeiro
Despesas serviços de terceiros
Despesas indutivais especializados
Despesas de transporte
Despesas de viagem no país
Despesas de amortização/depreciação
Despesas de manutenção aplicadas pelo BACEN
Outras despesas administrativas

14. Outras Despesas Operacionais
Desc. concedidos operações empréstimos
Variação monetária passiva
Despesas indutivais
Prejuízo na alienação de valores e bens
Multas e juros de mora
Outras

15. Outras Receitas Operacionais
Variação monetária ativa
Lucros na alienação de investimentos
Reversão de provisões operacionais
Outras receitas operacionais

16. Capital Social: Totalmente subscrito e integralizado, está representado por 963.965.830 ações ordinárias e 963.965.830 ações preferenciais, todas nominativas, sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade na distribuição de dividendos. Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido ajustado. Em cumprimento a determinação do Juízo da 2ª Vara Empresarial da Comarca do RJ relativa ao Processo nº 0002/17.620.007.8.19/001, foram bloqueadas as ações de propriedade do Sr. Daniel B. Birmann, 17. Garantias Prestadas: O Banco é responsável pelas garantias prestadas a terceiros no país totalizando R\$ 3.906 em 30/06/11, demonstrados como segue:

Natureza
Garantia
Contra-garantia
Valor envolvido
Garantia em Cessões de Crédito
Desconto em título
18. Créditos Tributários: O Banco possui créditos tributários provenientes de provisões fiscais e base negativa de contribuição social, no montante aproximado de R\$ 25.190.
19. Índice de Basileia:
Base de cálculo - Índice de Basileia
Patrimônio líquido
Ativos Permanentes Difícil
Ajustes a Valor de Mercado
Patrimônio de referência nível I
Ajustes a Valor de Mercado
Patrimônio de referência nível II
Patrimônio de referência total (nível I + nível II)
Alocação de capital (por risco) - Risco de crédito (Pepr)
Risco operacional (Popr)
Patrimônio de referência exigido (b)
Posições fora de cart. de negociação - Rban (c)
Margem (a - b - c)
Índice de Basileia

A DIRETORIA
Luiz Sergio de Castro Aded - TC CRJ - RJ 57077-4

Continuação

BANCO ARBI S.A.

CNPJ Nº 54.403.563/0001-50

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Diretores e Acionistas do Banco Arbi S.A. Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as demonstrações contábeis individuais do Banco Arbi S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 30/06/11 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as demonstrações contábeis consolidadas do Banco Arbi S.A. e sua controlada (Consolidado) que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30/06/11 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente de causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa respon-

sabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Esses normativos requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Nossa auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da

apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Arbi S.A. e do Banco Arbi S.A. e sua controlada em 30/06/11, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 2011.

Lopes, Machado B K R
Paulo Sérgio Machado - Contador
CRC-RJ 37.999-1/O
Antonio Renato - Contador
CRC-RJ 075.150-8/O



Marino Azevedo / Governo do Estado

‘Rio é um caso de gestão de sucesso’, diz Roberto Civita

O governador Sérgio Cabral se reuniu ontem com 40 dos principais empresários, investidores e executivos do País para apresentar as oportunidades que surgem no Rio de Janeiro, nos mais diversos ramos de negócios. Com o tema “Investimentos no Estado do Rio de Janeiro - Projetos para os próximos cinco anos”, o governador encerrou a primeira edição dos ciclos, que já contou com a participação dos governadores de São Paulo, de Pernambuco, de Minas Gerais, e da Bahia. O presidente do Conselho de Administração e diretor Editorial do Grupo Abril, Roberto Civita, abriu o evento dizendo que o Rio de Janeiro é um caso de gestão de sucesso e não poderia ficar de fora do painel de palestras. “O Rio é o terceiro menor estado da federação, mas tem o segundo maior PIB do Brasil, 11% do total, ou seja, o mesmo Produto Interno Bruto do Chile, o que mostra o vigor e a importân-

ACIDENTE

Quinze feridos ainda continuam internados

Caso mais grave é de uma criança de 3 anos, que permanece no CTI

Da redação, com agências

Além do menino, estão internados no Souza Aguiar quatro passageiros. Segundo a Secretaria de Saúde do município, todos passaram por cirurgias e não correm risco de vida. No Hospital Municipal Miguel Couto, no Leblon, há uma pessoa internada, com quadro de saúde estável. Seis vítimas do acidente estão internadas no Hospital Copa D’Or, em Copacabana. A assessoria de comunicação do hospital informou que um paciente está em observação, sem previsão de alta, e que cinco ainda serão submetidos a cirurgias. Já no Hos-

pital São Lucas, também em Copacabana, há três pacientes que já passaram por cirurgias e não correm risco de vida. Os hospitais informaram que as despesas médicas dos pacientes estão sendo arcadas por planos de saúde. O laudo com as causas do acidente só deve ficar pronto em 30 dias. Por determinação do governador do estado, Sérgio Cabral, a circulação dos bondes em Santa Teresa está interrompida por tempo indeterminado. **Manifestação** - Amanhã, dia em que o Bondinho de Santa Teresa completa 115 anos, a Associação de Moradores e Amigos de Santa Teresa (AMIAST) fará manifestação em solidariedade às vítimas do acidente. A encontro está marcado para às 9h, na arcada carioca do bondinhos. “Conclamamos a população a compartilhar do nosso luto. Esta manifestação será uma luta por verdade e justiça. Para que não culpem as vítimas e o motorista Nelson. São nossa vidas que estão ameaçadas, nossa segurança e nosso transporte, que também é a identidade do bairro e da cidade do Rio de Janeiro”, pede a carta de mobilização da Associação.

CREMERJ

Sucateamento de hospital em Niterói é denunciado

O sucateamento do Hospital Municipal Orêncio de Freitas, em Niterói, foi denunciado ontem pelos médicos e profissionais de saúde da unidade que já foi considerada referência em cirurgia geral e de formação de novos cirurgiões no estado. Eles se concentraram em frente ao hospital e cobraram das autoridades públicas medidas que restabeleçam a excelência no atendimento à população. De acordo com o Conselho Regional de Medicina do Rio

de Janeiro (Cremerj), apenas 30 dos 82 leitos do hospital estão em funcionamento, resultando na formação de filas de espera por operações. Pelos menos 400 pessoas aguardam para fazer cirurgia de vesícula biliar (videolaparoscópica) e mais 100 estão à espera de cirurgia de hérnia. “Recentemente a ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) publicou no hall de atendimento, dos planos de saúde, 43 tipos de vídeo (videolaparoscopi-

JAPÃO

Césio radioativo é encontrado em usina nuclear

A primeira investigação abrangente da contaminação do solo no entorno da usina nuclear Daiichi, em Fukushima, mostrou que 33 localidades, em uma grande área, foram contaminadas por césio radioativo, informou ontem o governo do Japão. A pesquisa de 2.200 localidades, em um raio de 100 quilômetros da usina, concluiu que em 33 localidades havia um excesso de césio-137 de 1,48 milhão de becquerels por metro quadrado. Esse nível foi estabelecido pela então União Soviética para determinar o reassentamento forçado das pessoas em áreas de risco, após o desastre de Chernobyl em 1986. Outras 132 localidades tinham uma quantidade combinada de césio-137 e césio-134 de mais de 555 mil becquerels por metro quadrado. Nesse nível, a União Soviética determinava a saída voluntária das pessoas e proibia a agricultura. Autoridades do Japão afirmaram que os níveis mais altos registrados estão na atual área onde já há uma ordem de retirada das pessoas. Em geral, essa área fica

LÍBIA

Rebeldes dão prazo para Kadafi renunciar

Presidente do CNT diz que trégua é em respeito ao feriado do Eid al-Fitr

Os rebeldes líbios disseram ontem que estão prontos para a batalha final dos mais de seis meses de levante contra Muamar Kadafi, depois de seus líderes definirem que sábado é o prazo final para a renúncia do coronel e suas forças. O presidente do Conselho Nacional de Transição (CNT), Mustafa Abdel Jalil, disse que a trégua foi oferecida em respeito ao feriado de três dias do Eid al-Fitr, que acontece após o fim do mês sagrado do Ramadã. O insurgente também afirmou que desconfiam que Kadafi esteja escondido em um lugar e disseram que a captura do coronel está próxima. “Kadafi está fugindo e nós temos uma boa ideia de onde ele está”, disse Ali Tarhuni, vice-presidente do CNT em Benghazi. Os insurgentes, que a cada dia fortalecem seu controle sobre a capital Trípoli, insistem com o governo da Argélia que extradite a esposa de Kadafi, a filha, os dois filhos e os netos do coronel que estão em Argel. A filha de Kada-

fi, Aisha, deu à luz uma menina ontem em Argel e o governo argelino diz que por motivos humanitários permitiu que a família de Kadafi se refugiasse no país. **Normalidade** - Imagens da emissora Al Jazeera do Catar mostraram que Trípoli voltava ontem à normalidade, com homens, mulheres e crianças fazendo compras em um mercado popular. Mas a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) prometeu não afrouxar os ataques contra as forças de Kadafi até que elas deixem de atacar civis, advertindo que o líder líbio ainda está ativo no comando de algumas tropas. O porta-voz militar rebelde, coronel Ahmed Omar Bani, disse ainda a esperar que as negociações para uma rendição pacífica das cidades que ainda se mantêm leais a Kadafi deem certo. Mas acrescentou que não há sinais de que isso vá acontecer e que o tempo está correndo. “A hora final está chegando rapidamente. Nós gostaríamos que todos soubessem que estamos prontos para a batalha militar final”, disse ele em coletiva de imprensa na cidade de Benghazi. “Até agora, não tivemos indicação de uma rendição pacífica. Queremos que todos saibam que estamos preparados militarmente para a batalha que vai encerrar o conflito”, disse ele. **Otan** - Enquanto os rebeldes tentam conversar com as tropas de Kadafi para convencê-las a se renderem em Sirta, principal reduto do líder líbio, Lavoie disse que os ataques aéreos da Otan vão continuar e estão agora concentrados nas proximidades da cidade. “Apesar da queda do regime de Kadafi e do gradual retorno à segurança, a missão da Otan ainda não acabou”, disse ele. “Continuamos completamente comprometidos com nossa missão e mantemos a pressão sobre os restos do regime de Kadafi até que possamos dizer com certeza que a população civil da Líbia não está mais sob ameaça.” Em sua atualização de dados diária, a Otan disse que destruiu

CINEMA

Circo montado: começa o Festival de Veneza

Este ano o Brasil participa com dois longa-metragens em mostras paralelas

Luiz Zanin Oricchio
Da Agência Estado

Antes de ver os filmes não dá para saber se Veneza, que começa hoje com "Tudo pelo Poder", de George Clooney, conseguirá superar a magnífica safra do seu rival, Cannes, que apresentou duas obras-primas em concurso, "A Árvore da Vida", de Terrence Malick, e "Melancolia", de Lars von Trier. Mas que a 68.ª mostra veneziana, a mais antiga do mundo, promete, isso ninguém há de negar. Pelo menos é o que se pode deduzir pelos nomes respeitáveis que trazem seus novos filmes para o Lido.

Entre os mais notórios, podem-se citar David Cronenberg com "A Dangerous Method", Abel Ferrara com "4:44 Last Day on Earth", William Friedkin com "Killer Joe", Philippe Garrel, com "Un Été Brulant", Roman Polanski com "Carnage", Aleksander Sokurov com "Faust". Todos eles conhecidos, ou premiados e membros do panteão do cinema de autor no mundo. Que mais Veneza poderia querer?

Talvez uma seleção italiana forte, mas aí talvez fosse pedir demais, pelo menos se levando em conta o que se tem visto nos últimos anos. Em todo caso, como esperar não custar, são três os concorrentes peninsulares este ano, dois deles pelo menos já conhecidos do cinefilo mais atento: Cristina Comencini, que apresenta



"Girimunho", de Minas Gerais, é um dos filmes autorais

"Quando la Notte", e Emmanuelle Crialesse, com "Terraferma". Fecha a trilha Gian Alfonso Pacinotti com "L'Ultimo Terrestre".

Em falta de nomes fortes, o cinema italiano se lembra de grifes do passado - como é o caso do gran-

do", de Clarissa Campolina e Helvécio Marini, de Minas Gerais, na mostra Horizontes, e "Histórias Que Só Existem Quando Contadas", de Julia Murat, nas Jornadas dos Autores (Giornate degli Autori). Ambas são mostras paralelas. Dois filmes radicalmente autorais pelo que se desprende da conversa com seus diretores.

Julia Murat (filha da cineasta Lúcia Murat) estreia na ficção com um filme ambientado no Vale do Paraíba, onde moram 11 mulheres de idade sem praticamente qualquer contato com outras pessoas. O cotidiano das senhoras é quebrado pela chegada de uma jovem fotógrafa. "Basicamente é um filme sobre o conflito de gerações, contado com alguns traços de realismo fantástico", diz a diretora.

Por coincidência (ou talvez não) as protagonistas de "Girimunho", a exemplo do que acontece em "Histórias que só existem quando contadas", são pessoas idosas. Maria Sebastiana, a Bastu, e Maria do Boi, ambas com 83 anos e moradoras em São Romão, contam a própria vida sob forma ficcional.

"Eu acho que vai se comunicar bem com os europeus", acredita Helvécio Marini. "Em especial porque, ao contrário de meus curtas-metragens, 'Girimunho' é mais narrativo, tem começo, meio e fim." O filme é resultado de oito anos de trabalho, "feito com muita calma", diz o diretor.

Brasil - Este ano o Brasil participa do Festival de Veneza com dois longa-metragens: "Girimunho", de Minas Gerais, e "Quando la Notte", de Emmanuelle Crialesse, com "Terraferma". Fecha a trilha Gian Alfonso Pacinotti com "L'Ultimo Terrestre".



João Marcos Cavalcanti

MPB & outras histórias

João Marcos Cavalcanti de Albuquerque é advogado formado pela FUC, ex-secretário chefe do gabinete de César Maia, escritor bisseto e estudioso da MPB. jmarcos@uol.com.br

Faltou inspiração

Assim como o poeta teme perder a inspiração, o cronista também receia não ter assunto. Hoje acordei sem nenhuma ideia para a coluna, então lembrei-me dos versos do poeta maior, Paulo Cesar Pinheiro, que diz que a inspiração é uma luz que chega de repente, e com a rapidez de uma estrela cadente, acendendo a mente e o coração.

Esprei bastante e, como a minha não chegou até agora, e tenho que enviar para o jornal minha coluna, resolvi colher aqui e ali algumas definições que guardo em minha coleção de frases jocosas.

STATUS: É comprar uma coisa que você não quer, com um dinheiro que você não tem, pra mostrar para as pessoas que você não gosta, um cara que você não é.

SEXO: É aquilo que quando é bom é ótimo e mesmo que seja ruim é muito bom.

CHEFE: É o cara que chega cedo quando você se atrasa, e tarde quando você vem cedo.

HOMEM: É aquele que sonha ser tão bonito quanto a mãe acha que ele é, ter tanto dinheiro quanto

o filho pensa que ele tem, ter tantas mulheres quanto sua mulher acha que ele tem e ser bom de cama como ele acha que é.

CASAMENTO (as mulheres que me perdoem, a definição não é minha): Uma tragédia em dois atos, o civil e o religioso.

DISTRAÍDO: É aquele sujeito que na hora que se deita, beija o despertador, dá corda no gato e enxota a mulher da cama.

IDOSO: É aquele que quando jovem costumava ter quatro membros flexíveis e um duro. Agora, com a idade tem quatro membros duros e um flexível.

Para finalizar lembrei-me da definição de uísque "sacada" pelo poetinha Vinícius de Moraes

UISQUE: É melhor amigo do homem. É cachorro enfiado.

E por falar em amigo, quem melhor definiu essa palavra foram os compositores Fernando Brant e Milton Nascimento em sua música "Carião da América".

AMIGO: É coisa pra se guardar do lado esquerdo do peito, mesmo que o tempo e a distância digam não.

No mais espero que amanhã a inspiração volte.

ESPORTES

Fluminense entra em campo hoje, contra o SP, com o técnico Abel Braga já sob pressão no cargo

Conor Niland abandona a partida no segundo set e Novak Djokovic passa à segunda rodada do US Open

Ronaldinho Gaúcho lidera o Troféu Armando Nogueira e termina 1º turno com boa vantagem

ATLETISMO

Fabiana Murer conquista inédito título mundial

Brasileira, de 30 anos, igualou seu recorde sul-americano e conquistou o ouro

Fabiana Murer entrou definitivamente ontem para a história do esporte brasileiro. Ao vencer a disputa do salto com vara em Daegu, na Coreia do Sul, ela conquistou a primeira medalha de ouro do Brasil em todas as edições já realizadas do Mundial de Atletismo. Mesmo diante de rivais como a russa Yelena Isinbayeva, recordista mundial da prova (5,06 metros), a brasileira de 30 anos igualou seu recorde sul-americano, com 4,85 metros, e ganhou o título inédito.

Com a vitória, Fabiana também conseguiu a "dobradinha" no salto com vara, após ter sido campeã mundial indoor no ano passado, em Doha, no Catar. "Estava focada para o Mundial. É muito difícil ter dois anos seguidos tão bons. É bom porque isso mostra que estou sendo constante. E ano que vem também será muito importante", afirmou a brasileira, já vislumbrando a disputa da Olimpíada de Londres, em 2012, quando buscará nova medalha.

A vitória de Fabiana deu a primeira medalha ao Brasil no Mundial de Daegu. Mas, além de ser a única de ouro, é a 11ª na história do atletismo brasileiro na competição. Antes, foram conquistadas cinco de prata (Zequinha Barbosa, Claudinei Quirino, Sanderlei Parrela, Jadel Gregório e revezamento 4x100 metros) e cinco de bronze (Joaquim Cruz, Zequinha Barbosa, Luiz Antônio dos Santos, Claudinei Quirino e revezamento 4x100 metros).

Na final de ontem, Fabiana adotou uma estratégia ousada ao decidir iniciar a disputa apenas na altura de 4,75 metros. E ela



Murer: "É só felicidade. Estava determinada para o Mundial"

passou com facilidade pelo sarrafo. Depois, falhou em um salto, na primeira tentativa de alcançar 4,80 metros, mas passou em seguida. A brasileira, então, ultrapassou 4,85 metros, o que já lhe garantia o título. A prata ficou com a alemã Martina Strutz, com 4,80 metros, e

o bronze foi para a russa Svetlana Feofanova, com 4,75 metros.

Na tentativa de bater seu recorde pessoal, Fabiana ainda tentou superar os 4,90 metros duas vezes, mas falhou. Depois, arriscou até um salto a 4,92 metros, novamente sem sucesso.

BASQUETE

Brasil vence na estreia do Pré-Olímpico

A seleção brasileira masculina de basquete teve muito trabalho e até passou algum sufoco, mas conseguiu confirmar o favoritismo e derrotou ontem a Venezuela por 92 a 83 na estreia do Pré-Olímpico, em Mar del Plata, na Argentina.

Assim, o Brasil começou com vitória a sua caminhada para voltar a disputar uma Olimpíada, o que não acontece desde 1996 - a competição dá duas vagas nos Jogos Olímpicos de Londres.

Com isso, o Brasil divide agora a primeira colocação do Grupo A do Pré-Olímpico, junto com a República Dominicana, que venceu Cuba, também nesta terça-feira, por 90 a 60 - Al Horford, que joga no Atlanta Hawks (NBA), foi o destaque da vitória dominicana, com 24 pontos e nove rebotes. Agora, a seleção brasileira volta a jogar nesta quarta, quando enfrenta o

Canadá, que folgou na primeira rodada, a partir das 20h30.

Apesar da vitória, o Brasil não teve uma boa atuação na estreia e deixou que o destaque da partida fosse venezuelano. Greivis Vasquez, alarmanador do Memphis Grizzlies, da NBA, foi o maior pontuador, com 26 pontos, além de dar sete assistências. Pelo lado brasileiro, o melhor em quadra foi o pivô Tiago Splitter, com 17 pontos e 11 rebotes. Alex apareceu nos momentos decisivos e também contribuiu para o triunfo, com 15 pontos.

"Essa vitória mostra um time vencedor. A gente continuou no jogo, soube manter a tranquilidade, buscamos os melhores arremessos", disse o ala Marcelino Machado, ressaltando o resultado positivo na estreia. "Com emoção é melhor", completou Alex.

BOTAFOGO

Empolgação para buscar a liderança

No primeiro turno, as metas traçadas foram superadas. O Botafogo, que iniciou o Brasileiro sob desconfiância, fez uma boa campanha e chegou ao quinto lugar. Assim, o técnico Caio Júnior e os jogadores traçam agora objetivos mais nobres para o retorno, a começar pelo jogo de hoje, contra o Palmeiras, às 21h50.

A apenas três pontos do líder Corinthians, o Botafogo quer se credenciar de vez ao título con-

quistando a liderança. Apesar de a distância ser de apenas uma vitória, a combinação de resultados é complicada, porque o Botafogo teria de pular quatro adversários. Mas os botafoguenses prometem fazer o que for preciso para chegar lá, começando com o Palmeiras.

"É a primeira vez na competição que o Botafogo pode terminar na primeira colocação e isso é um incentivo a mais", comentou o zagueiro Gustavo.